

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	8
DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	19
DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	20
Demonstração do Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
Notas Explicativas	31

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	147
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	148
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	149

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.112.810.192
Preferenciais	0
Total	1.112.810.192
Em Tesouraria	
Ordinárias	26.780.298
Preferenciais	0
Total	26.780.298

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	20/02/2019	Dividendo	13/03/2019	Ordinária		0,70000
Reunião do Conselho de Administração	14/08/2019	Dividendo	30/08/2019	Ordinária		0,20000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	11.522.320	11.641.720
1.01	Ativo Circulante	193.397	1.041.922
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	71.055	172.315
1.01.02	Aplicações Financeiras	78.857	565.930
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	78.857	565.930
1.01.03	Contas a Receber	3.321	262.010
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.321	262.010
1.01.03.02.01	Demais Contas a Receber	3.321	1.527
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	0	260.483
1.01.06	Tributos a Recuperar	38.088	39.705
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	38.088	39.705
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.076	1.962
1.02	Ativo Não Circulante	11.328.923	10.599.798
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	806.637	824.037
1.02.01.07	Tributos Diferidos	17.143	14.034
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.143	14.034
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	31	30
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	750.000	761.288
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	750.000	761.288
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	39.463	48.685
1.02.01.10.03	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	39.447	48.685
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	16	0
1.02.02	Investimentos	10.275.482	9.529.598
1.02.02.01	Participações Societárias	10.275.482	9.529.598
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	10.259.249	9.509.480
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	16.233	20.118
1.02.03	Imobilizado	641	0
1.02.04	Intangível	246.163	246.163

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	11.522.320	11.641.720
2.01	Passivo Circulante	23.057	342.114
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	958	228
2.01.02	Fornecedores	1.038	272
2.01.03	Obrigações Fiscais	325	20.801
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	6.045	34.504
2.01.04.02	Debêntures	6.045	34.504
2.01.05	Outras Obrigações	14.691	286.309
2.01.05.02	Outros	14.691	286.309
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	14.691	282.334
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	0	3.975
2.02	Passivo Não Circulante	1.811.675	1.851.501
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.723.179	1.722.450
2.02.01.02	Debêntures	1.723.179	1.722.450
2.02.02	Outras Obrigações	5.371	5.158
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.371	5.158
2.02.04	Provisões	83.125	123.893
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	399	798
2.02.04.02	Outras Provisões	82.726	123.095
2.02.04.02.04	Bônus de Subscrição - Indenização	82.726	123.095
2.03	Patrimônio Líquido	9.687.588	9.448.105
2.03.01	Capital Social Realizado	5.171.752	5.171.752
2.03.02	Reservas de Capital	552.096	546.709
2.03.02.07	Reservas de Capital	542.400	542.400
2.03.02.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	9.696	4.309
2.03.03	Reservas de Reavaliação	4.568	4.712
2.03.04	Reservas de Lucros	3.613.709	3.723.064
2.03.04.01	Reserva Legal	686.665	686.665
2.03.04.02	Reserva Estatutária	3.412.427	3.412.427
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	109.355
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-485.383	-485.383
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	423.005	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-166.787	-63.989
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	89.245	65.857

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	302.492	627.469	312.926	582.830
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-104	316	-16	-271
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	302.596	627.153	312.942	583.101
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	302.492	627.469	312.926	582.830
3.06	Resultado Financeiro	-7.392	9.484	21.947	91.809
3.06.01	Receitas Financeiras	24.112	100.451	52.412	171.549
3.06.02	Despesas Financeiras	-31.504	-90.967	-30.465	-79.740
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	295.100	636.953	334.873	674.639
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.700	3.109	-7.539	-31.861
3.08.01	Corrente	0	0	345	0
3.08.02	Diferido	2.700	3.109	-7.884	-31.861
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	297.800	640.062	327.334	642.778
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	297.800	640.062	327.334	642.778
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,27460	0,59030	0,30200	0,59290
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,27280	0,58640	0,30010	0,58900

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	297.800	640.062	327.334	642.778
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-87.080	-79.410	-61.081	-224.977
4.02.01	Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros de controladas, líquido	-118.804	-103.119	-51.664	-262.196
4.02.02	Ajustes de avaliação de instrum financ de empreend controlados em conjunto, líquido	2.450	83	-4.187	-1.640
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão de controladas, líquido	29.274	23.388	-5.230	39.158
4.02.04	Perdas atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido	0	238	0	-299
4.03	Resultado Abrangente do Período	210.720	560.652	266.253	417.801

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.521.888	522.621
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	14.890	28.589
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	640.062	642.778
6.01.01.02	Equivalência Patrimonial	-627.153	-583.101
6.01.01.03	Juros, Variações Monetárias e Cambiais	4.433	-62.942
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-3.109	31.861
6.01.01.05	Demais Provisões e Ajustes	657	-7
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.497.963	492.705
6.01.02.01	Impostos a Recuperar (AC)	1.617	-11.299
6.01.02.02	Dividendos recebidos de controladas e empreend controlados em conjunto (AC)	1.521.209	510.776
6.01.02.03	Seguro e demais contas a receber (AC)	-1.794	1.236
6.01.02.04	Despesas antecipadas (AC)	-114	-158
6.01.02.05	Fornecedores (PC)	766	-419
6.01.02.06	Salários e encargos sociais (PC)	730	-16
6.01.02.07	Obrigações tributárias (PC)	-11.238	25
6.01.02.08	Seguro e demais contas a pagar (PC)	-3.975	-7.440
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social (PC)	-9.238	0
6.01.03	Outros	9.035	1.327
6.01.03.01	Impostos a recuperar (ANC)	9.238	0
6.01.03.02	Depósitos judiciais (ANC)	-16	148
6.01.03.03	Despesas antecipadas (ANC)	-1	-33
6.01.03.04	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PNC)	-399	0
6.01.03.05	Demais contas a pagar (PNC)	213	1.212
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-967.532	-529.447
6.02.01	Aplicações Financeiras, Líquidas de Resgastes	487.073	-529.447
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-641	0
6.02.03	Aporte de capital em empreendimentos controlados em conjunto	-1.453.964	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-655.616	69.292
6.03.01	Financiamentos e Debêntures - Captação	0	1.721.596
6.03.02	Financiamentos e Debêntures - Amortização	0	-800.336
6.03.03	Financiamentos e Debêntures - Juros Pagos	-112.675	-86.806
6.03.04	Dividendos Pagos	-594.380	-789.319
6.03.05	Compra de ações em tesouraria	0	-6.526
6.03.07	Sociedades Relacionadas	51.439	30.683
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-101.260	62.466
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	172.315	93.174
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	71.055	155.640

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	175.393	4.099.092	0	1.868	9.448.105
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	175.393	4.099.092	0	1.868	9.448.105
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-103.968	0	-217.174	0	-321.142
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-217.382	0	-217.382
5.04.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	0	5.387	0	0	0	5.387
5.04.10	Ganho no reembolso de ações pref. B da Oxiteno NE	0	0	0	208	0	208
5.04.11	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-109.355	0	0	0	-109.355
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	640.062	-79.410	560.652
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	640.062	0	640.062
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-79.410	-79.410
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-103.036	-103.036
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	23.388	23.388
5.05.02.06	Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego, líquido de IR e CS	0	0	0	0	238	238
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-144	0	117	0	-27
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-144	0	144	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-27	0	-27
5.07	Saldos Finais	5.171.752	71.281	4.099.092	423.005	-77.542	9.687.588

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	236.726	3.629.851	0	212.704	9.251.033
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	4.064	4.064
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	236.726	3.629.851	0	216.768	9.255.097
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-167.565	0	-304.241	0	-471.806
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-304.241	0	-304.241
5.04.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	0	2.704	0	0	0	2.704
5.04.11	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-163.742	0	0	0	-163.742
5.04.12	Plano de ações	0	-6.527	0	0	0	-6.527
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	642.778	-224.977	417.801
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	642.778	0	642.778
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-224.977	-224.977
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-263.836	-263.836
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	39.158	39.158
5.05.02.06	Perdas atuariais de benefícios pós-emprego, líquido de IR e CS	0	0	0	0	-299	-299
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-169	0	166	0	-3
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-169	0	169	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-3	0	-3
5.07	Saldos Finais	5.171.752	68.992	3.629.851	338.703	-8.209	9.201.089

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	8.065	5.355
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	8.065	5.355
7.03	Valor Adicionado Bruto	8.065	5.355
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	8.065	5.355
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	727.604	754.650
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	627.153	583.101
7.06.02	Receitas Financeiras	100.451	171.549
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	735.669	760.005
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	735.669	760.005
7.08.01	Pessoal	6.369	4.663
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	655	35.222
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	88.583	77.342
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	640.062	642.778
7.08.04.02	Dividendos	217.382	304.241
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	422.680	338.537

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	31.796.817	30.499.395
1.01	Ativo Circulante	15.374.232	16.211.707
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.553.294	3.938.951
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.339.668	2.853.106
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.431.480	2.696.087
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	908.188	157.019
1.01.03	Contas a Receber	4.277.668	4.496.194
1.01.03.01	Clientes	4.201.039	4.436.569
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	3.790.303	4.069.307
1.01.03.01.02	Financiamentos a Clientes	410.736	367.262
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	76.629	59.625
1.01.03.02.01	Demais Contas a Receber	76.511	58.561
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	118	1.064
1.01.04	Estoques	3.285.623	3.354.532
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.303.158	896.881
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.303.158	896.881
1.01.07	Despesas Antecipadas	133.323	187.570
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	481.498	484.473
1.01.08.03	Outros	481.498	484.473
1.01.08.03.01	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	481.498	484.473
1.02	Ativo Não Circulante	16.422.585	14.287.688
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.570.280	4.510.381
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	469.422	129.260
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	76.117	73.089
1.02.01.04	Contas a Receber	392.180	431.248
1.02.01.04.01	Clientes	26.394	81.569
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	365.786	349.679
1.02.01.07	Tributos Diferidos	599.858	514.187
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	599.858	514.187
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	94.919	399.095
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	490	490
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	490	490
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.937.294	2.963.012
1.02.01.10.03	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	845.714	852.782
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	920.143	881.507
1.02.01.10.05	Ativo de indenização - combinação de negócios	193.821	194.719
1.02.01.10.06	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	977.616	1.034.004
1.02.02	Investimentos	130.649	129.087
1.02.02.01	Participações Societárias	130.649	129.087
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	25.794	24.338
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	104.855	104.749
1.02.03	Imobilizado	9.398.703	7.278.865
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.453.724	7.278.865
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.944.979	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1.02.04	Intangível	2.322.953	2.369.355

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	31.796.817	30.499.395
2.01	Passivo Circulante	5.168.749	6.336.798
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	432.081	428.192
2.01.02	Fornecedores	2.407.884	2.731.677
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.089.817	2.152.179
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.622.683	2.079.010
2.01.02.01.02	Fornecedores Nacionais - convênio	467.134	73.169
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	318.067	579.498
2.01.02.02.01	Fornecedores Estrangeiros	193.178	472.597
2.01.02.02.02	Fornecedores Estrangeiros - convênio	124.889	106.901
2.01.03	Obrigações Fiscais	325.176	323.482
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.594.602	2.273.997
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.131.924	2.007.430
2.01.04.02	Debêntures	257.426	263.718
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	205.252	2.849
2.01.05	Outras Obrigações	270.103	451.591
2.01.05.02	Outros	270.103	451.591
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	15.902	284.024
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	233.321	137.494
2.01.05.02.05	Receita Diferida	20.880	26.572
2.01.05.02.06	Contas a Pagar - Indenização de Seguradoras	0	3.501
2.01.06	Provisões	138.903	127.859
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	92.836	77.822
2.01.06.02	Outras Provisões	46.067	50.037
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	3.830	4.382
2.01.06.02.04	Benefícios Pós-Emprego	42.237	45.655
2.02	Passivo Não Circulante	16.554.901	14.362.568
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	15.042.561	12.932.152
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	7.410.480	6.487.400
2.02.01.02	Debêntures	6.269.399	6.401.535
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	1.362.682	43.217
2.02.01.03.01	Arrendamentos a pagar	1.362.682	43.217
2.02.02	Outras Obrigações	209.645	178.330
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.949	4.071
2.02.02.02	Outros	205.696	174.259
2.02.02.02.03	Demais Contas a Pagar	205.696	162.409
2.02.02.02.04	Receita Diferida	0	11.850
2.02.03	Tributos Diferidos	117.910	9.297
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	117.910	9.297
2.02.04	Provisões	1.184.785	1.242.789
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	852.496	865.249
2.02.04.02	Outras Provisões	332.289	377.540
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	47.273	50.285
2.02.04.02.04	Benefício Pós-Emprego	202.290	204.160
2.02.04.02.05	Bônus de Subscrição - Indenização	82.726	123.095
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	10.073.167	9.800.029

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.03.01	Capital Social Realizado	5.171.752	5.171.752
2.03.02	Reservas de Capital	552.096	546.709
2.03.02.07	Reservas de Capital	542.400	542.400
2.03.02.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	9.696	4.309
2.03.03	Reservas de Reavaliação	4.568	4.712
2.03.04	Reservas de Lucros	3.613.709	3.723.064
2.03.04.01	Reserva Legal	686.665	686.665
2.03.04.02	Reserva Estatutária	3.412.427	3.412.427
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	109.355
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-485.383	-485.383
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	423.005	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-166.787	-63.989
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	89.245	65.857
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	385.579	351.924

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	23.203.290	65.635.188	23.834.232	67.230.939
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-21.580.190	-61.161.756	-22.209.129	-62.625.490
3.03	Resultado Bruto	1.623.100	4.473.432	1.625.103	4.605.449
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.012.066	-3.150.882	-1.071.423	-3.414.285
3.04.01	Despesas com Vendas	-613.457	-1.988.516	-683.390	-2.017.309
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-445.539	-1.245.013	-407.093	-1.177.222
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	55.177	100.942	21.866	-210.571
3.04.05.01	Outros Resultados Operacionais, Líquidos	53.214	100.034	24.386	-203.467
3.04.05.02	Resultado na Venda de Bens	1.963	908	-2.520	-7.104
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-8.247	-18.295	-2.806	-9.183
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	611.034	1.322.550	553.680	1.191.164
3.06	Resultado Financeiro	-163.401	-254.749	-58.806	-230.190
3.06.01	Receitas Financeiras	125.592	401.880	145.030	449.629
3.06.02	Despesas Financeiras	-288.993	-656.629	-203.836	-679.819
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	447.633	1.067.801	494.874	960.974
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-140.310	-397.192	-171.656	-324.236
3.08.01	Corrente	-47.244	-306.692	-155.786	-296.056
3.08.02	Diferido	-93.066	-90.500	-15.870	-28.180
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	307.323	670.609	323.218	636.738
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	307.323	670.609	323.218	636.738
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	297.800	640.062	327.334	642.778
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	9.523	30.547	-4.116	-6.040
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,27460	0,59030	0,30200	0,59290
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,27280	0,58640	0,30010	0,58900

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	307.323	670.609	323.218	636.738
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-87.080	-79.389	-61.081	-224.977
4.02.01	Ajustes de avaliação de instrum financ de controladas, líquido	-118.804	-103.098	-51.664	-262.196
4.02.02	Ajustes de avaliação de instrum financ de empreend controlados em conjunto, líquido	2.450	83	-4.187	-1.640
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão de controladas, líquido	29.274	23.388	-5.230	39.158
4.02.04	Perdas atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido	0	238	0	-299
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	220.243	591.220	262.137	411.761
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	210.720	560.652	266.253	417.801
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	9.523	30.568	-4.116	-6.040

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.449.065	1.442.524
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.021.732	2.476.155
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	670.609	636.738
6.01.01.02	Equivalência Patrimonial	18.295	9.183
6.01.01.03	Amortiz. de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	273.383	282.430
6.01.01.04	Amortização de ativos de direito de uso	219.225	0
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	623.620	602.286
6.01.01.06	Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	11.134	11.798
6.01.01.07	Juros, Variações Monetárias e Cambiais	1.083.929	810.269
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	90.500	28.180
6.01.01.09	Resultado na Venda de Bens	-908	7.104
6.01.01.10	Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	27.502	73.425
6.01.01.11	Provisão para perda em estoques	3.039	6.156
6.01.01.12	Provisão para benefício pós-emprego	-1.888	9.734
6.01.01.13	Instrumento Patrimonial Outorgado	5.387	2.704
6.01.01.14	Demais provisões e ajustes	-2.095	-3.852
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-237.568	-433.519
6.01.02.01	Contas a receber e financiamentos a clientes (AC)	225.745	-721.855
6.01.02.02	Estoques (AC)	71.197	348.243
6.01.02.03	Impostos a Recuperar (AC)	-406.277	-62.711
6.01.02.04	Seguro e demais contas a receber (AC)	-17.950	-64.052
6.01.02.05	Despesas Antecipadas (AC)	12.681	-526
6.01.02.06	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (AC)	0	-30.993
6.01.02.07	Fornecedores (PC)	-344.167	-34.165
6.01.02.08	Salários e encargos sociais (PC)	3.889	33.146
6.01.02.09	Obrigações tributárias (PC)	2.207	32.143
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social (PC)	118.411	101.092
6.01.02.11	Benefícios pós-emprego (PC)	-3.418	-1.440
6.01.02.12	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PC)	15.014	5.823
6.01.02.13	Seguro e demais contas a pagar (PC)	87.063	-83.269
6.01.02.14	Receita diferida (PC)	-5.692	1.689
6.01.02.15	Dividendos recebidos de controladas e empreendimentos controlados em conjunto (AC)	3.729	43.356
6.01.03	Outros	-335.099	-600.112
6.01.03.01	Contas a receber e financiamentos a clientes (ANC)	39.915	-47.313
6.01.03.02	Impostos a Recuperar (ANC)	7.067	-105.522
6.01.03.03	Depósitos Judiciais (ANC)	-38.636	-45.490
6.01.03.04	Demais Contas a Receber (ANC)	51	5.611
6.01.03.05	Despesas Antecipadas (ANC)	-11.772	-56.110
6.01.03.06	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (ANC)	0	31.015
6.01.03.07	Benefícios pós-emprego (PNC)	257	3.987
6.01.03.08	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PNC)	-12.753	14.037
6.01.03.09	Demais contas a pagar (PNC)	43.283	18.873

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01.03.10	Receita diferida (PNC)	-11.850	-299
6.01.03.11	Pagtos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-231.737	-279.381
6.01.03.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-118.924	-139.520
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.650.647	-2.423.281
6.02.01	Aplicações Financeiras, Líquidas de Resgates	-841.235	-1.289.718
6.02.02	Caixa e equivalentes de caixa de controlada adquirida	0	3.662
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-669.805	-856.760
6.02.04	Aquisição de Intangível	-75.839	-186.390
6.02.05	Aquisição de controlada	0	-103.374
6.02.06	Aporte de capital em empreendimentos controlados em conjunto	-22.939	-24.000
6.02.07	Receita com a venda de bens	28.661	32.049
6.02.08	Redução de capital em coligadas	0	1.250
6.02.09	Custos diretos iniciais de ativos de direito de uso	-69.490	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.193.855	-313.017
6.03.01	Financiamentos e Debêntures - Captação	2.016.429	3.295.814
6.03.02	Financiamentos e Debêntures - Amortização	-2.160.567	-2.299.223
6.03.03	Financiamentos e Debêntures - Juros Pagos	-1.220.707	-514.957
6.03.04	Contraprestação de Arrendamento Mercantil Financeiro	-237.225	-3.839
6.03.05	Dividendos Pagos	-596.479	-790.719
6.03.06	Sociedades relacionadas	-122	-93
6.03.07	Resgate de ações de acionistas não-controladores da Oxiteno Nordeste	-2.180	0
6.03.08	Aumento de capital realizado por acionistas não-controladores da Iconic	6.996	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	9.780	43.426
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.385.657	-1.250.348
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.938.951	5.002.004
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.553.294	3.751.656

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	175.393	4.099.092	0	1.868	9.448.105	351.924	9.800.029
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	175.393	4.099.092	0	1.868	9.448.105	351.924	9.800.029
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-103.968	0	-217.174	0	-321.142	3.087	-318.055
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-217.382	0	-217.382	0	-217.382
5.04.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	0	5.387	0	0	0	5.387	0	5.387
5.04.09	Dividendos Adicionais Atribuíveis a Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	-1.521	-1.521
5.04.10	Resgate de ações de acionistas não-controladores da Oxiteno Nordeste	0	0	0	0	0	0	-2.180	-2.180
5.04.11	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-109.355	0	0	0	-109.355	0	-109.355
5.04.12	Ganho no reembolso de ações pref. B da Oxiteno NE	0	0	0	208	0	208	-208	0
5.04.13	Aumento de capital realizado por acionista não-controladores da Iconic	0	0	0	0	0	0	6.996	6.996
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	640.062	-79.410	560.652	30.568	591.220
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	640.062	0	640.062	30.547	670.609
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-79.410	-79.410	21	-79.389
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-103.036	-103.036	21	-103.015
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	23.388	23.388	0	23.388
5.05.02.06	Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego, líquido de IR e CS	0	0	0	0	238	238	0	238
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-144	0	117	0	-27	0	-27
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-144	0	144	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-27	0	-27	0	-27
5.07	Saldos Finais	5.171.752	71.281	4.099.092	423.005	-77.542	9.687.588	385.579	10.073.167

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	236.726	3.629.851	0	212.704	9.251.033	339.288	9.590.321
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	4.064	4.064	33.371	37.435
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	236.726	3.629.851	0	216.768	9.255.097	372.659	9.627.756
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-167.565	0	-304.241	0	-471.806	-3.998	-475.804
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-304.241	0	-304.241	0	-304.241
5.04.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	0	2.704	0	0	0	2.704	0	2.704
5.04.09	Dividendos Adicionais Atribuíveis a Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	-3.998	-3.998
5.04.11	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-163.742	0	0	0	-163.742	0	-163.742
5.04.12	Plano de ações	0	-6.527	0	0	0	-6.527	0	-6.527
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	642.778	-224.977	417.801	-6.040	411.761
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	642.778	0	642.778	-6.040	636.738
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-224.977	-224.977	0	-224.977
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-263.836	-263.836	0	-263.836
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	39.158	39.158	0	39.158
5.05.02.06	Perdas atuariais de benefícios pós-emprego, líquido de IR e CS	0	0	0	0	-299	-299	0	-299
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-169	0	166	0	-3	0	-3
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-169	0	169	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-3	0	-3	0	-3
5.07	Saldos Finais	5.171.752	68.992	3.629.851	338.703	-8.209	9.201.089	362.621	9.563.710

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	68.508.965	68.924.451
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	68.708.911	69.490.877
7.01.02	Outras Receitas	-172.441	-493.001
7.01.02.01	Resultado na Venda de Bens e outros resultados operacionais, líquidos	100.942	-210.571
7.01.02.02	Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-273.383	-282.430
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-27.505	-73.425
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-63.330.290	-64.014.117
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-57.022.478	-57.897.573
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.009.651	-1.530.821
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-20.007	-9.734
7.02.04	Outros	-4.278.154	-4.575.989
7.02.04.01	Matérias-Primas Consumidas	-4.278.154	-4.575.989
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.178.675	4.910.334
7.04	Retenções	-853.979	-614.084
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-842.845	-602.286
7.04.02	Outras	-11.134	-11.798
7.04.02.01	Créditos de PIS e Cofins s/ Depreciação	-11.134	-11.798
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.324.696	4.296.250
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	495.446	543.232
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-18.295	-9.183
7.06.02	Receitas Financeiras	401.880	449.629
7.06.03	Outros	111.861	102.786
7.06.03.01	Aluguéis e Royalties	111.861	102.786
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.820.142	4.839.482
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.820.142	4.839.482
7.08.01	Pessoal	1.609.804	1.641.653
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.941.113	1.699.022
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	598.616	862.069
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	670.609	636.738
7.08.04.02	Dividendos	218.903	308.239
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	451.706	328.499

Comentário do Desempenho**MD&A – ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS****Terceiro trimestre de 2019**

(R\$ milhões)	3T19 Pós-ajustes ¹	3T19	3T18	2T19	Δ 3T19 x 3T18	Δ 3T19 x 2T19	9M19	9M18	Δ 9M19 x 9M18
Receita líquida de vendas e serviços	23.203,3	23.203,3	23.834,2	21.692,6	(3%)	7%	65.635,2	67.230,9	(2%)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(21.580,2)	(21.585,4)	(22.209,1)	(20.290,1)	(3%)	6%	(61.170,8)	(62.625,5)	(2%)
Lucro bruto	1.623,1	1.617,8	1.625,1	1.402,5	0%	15%	4.464,4	4.605,4	(3%)
Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais	(1.059,0)	(1.081,1)	(1.090,5)	(1.123,5)	(1%)	(4%)	(3.273,9)	(3.194,5)	2%
Outros resultados operacionais, líquidos	53,2	53,2	24,4	10,1	118%	427%	100,0	(203,5)	(149%)
Resultado na venda de bens	2,0	1,9	(2,5)	0,9	(177%)	121%	0,7	(7,1)	(110%)
Lucro operacional	619,3	591,9	556,5	290,1	6%	104%	1.291,3	1.200,3	8%
Resultado financeiro	(163,4)	(114,6)	(58,8)	(68,2)	95%	68%	(161,5)	(230,2)	(30%)
Equivalência patrimonial	(8,2)	(8,2)	(2,8)	(3,1)	194%	168%	(18,3)	(9,2)	99%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	447,6	469,0	494,9	218,8	(5%)	114%	1.111,5	961,0	16%
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(151,7)	(159,0)	(201,7)	(97,8)	(21%)	63%	(442,9)	(400,3)	11%
Imposto de renda e contribuição social - incentivos fiscais	11,4	11,4	30,1	5,9	(62%)	93%	30,9	76,0	(59%)
Lucro líquido	307,3	321,4	323,2	126,9	(1%)	153%	699,5	636,7	10%
Lucro atribuível a acionistas da Ultrapar	297,8	311,9	327,3	114,4	(5%)	173%	668,5	642,8	4%
Lucro atribuível a acionistas não controladores de controladas	9,5	9,5	(4,1)	12,6	(331%)	(24%)	31,0	(6,0)	(613%)
EBITDA Ajustado	979,3	887,8	849,7	589,2	4%	51%	2.174,9	2.075,9	5%
GLP vendido (mil toneladas)	458,0	458,0	449,9	420,8	2%	9%	1.274,0	1.303,8	(2%)
Combustível vendido (mil m³)	6.184,9	6.184,9	6.200,3	5.610,0	0%	10%	17.382,0	17.519,9	(1%)
Químicos vendidos (mil toneladas)	195,3	195,3	205,4	183,5	(5%)	6%	558,8	578,8	(3%)

¹Os números acima consideram os ajustes do IFRS 16 (vide sessão "Considerações sobre as informações financeiras e operacionais")

Considerações sobre as informações financeiras e operacionais

Comentário do Desempenho

As informações financeiras apresentadas nesse documento foram preparadas de acordo com as normas IFRS (*International Financial Reporting Standards*). As informações financeiras referentes à Ultrapar correspondem às informações consolidadas da Companhia. As informações da Ipiranga, Oxiteno, Ultragas, Ultracargo, Extrafarma e Corporativo são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre segmentos. Portanto, a soma de tais informações pode não corresponder às informações consolidadas da Ultrapar. Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

A partir de 2019, foram introduzidas duas alterações na apresentação das informações financeiras da Ultrapar: (i) adoção à norma IFRS 16 emitida pelo IASB – *International Accounting Standards Board* prospectivamente e (ii) segregação de certas despesas corporativas, anteriormente distribuídas entre os negócios da Ultrapar, em um novo segmento gerencial denominado “Corporativo”. **Com a finalidade de manter a comparabilidade do 3T19 e 9M19 com as informações do 3T18 e 9M18, as discussões de resultado são apresentadas sem os ajustes relacionados ao IFRS 16 e ao Corporativo e referências a “3T19” seguem esse critério.** Menções a informações que contemplem tais alterações estarão identificadas como “Pós-ajustes”.

As informações denominadas LAJIDA (EBITDA) – (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização); EBITDA Ajustado – ajustado pela amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade; e LAJIR (EBIT) – (LAJIR – Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) estão apresentadas de acordo com a Instrução nº 527 emitida pela CVM em 04 de outubro de 2012. Segue o cálculo do EBITDA a partir do lucro líquido:

R\$ milhões	3T19 Pós-Ajustes	3T19	3T18	2T19	9M19	9M18
Lucro líquido	307,3	321,4	323,2	126,9	699,5	636,7
(+) IR e contribuição social	140,3	147,6	171,7	91,9	412,1	324,2
(+) Despesa (receita) financeira líquida	163,4	114,6	58,8	68,2	161,5	230,2
(+) Depreciação e amortização	272,7	208,6	210,3	208,0	628,5	602,3
EBITDA	883,8	792,2	763,9	495,0	1.901,5	1.793,5
Ajuste						
(+) Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (Ipiranga)	95,6	95,6	85,8	94,2	273,4	282,4
EBITDA Ajustado	979,3	887,8	849,7	589,2	2.174,9	2.075,9

Ultrapar

Comentário do Desempenho

Valores em R\$ milhões	3T19	3T18	2T19	Δ		9M19	9M18	Δ
				3T19 v 3T18	3T19 v 2T19			
Receita líquida	23.203	23.834	21.693	(3%)	7%	65.635	67.231	(2%)
Lucro líquido¹	321	323	127	(1%)	153%	699	637	10%
Lucro líquido Pós-IFRS 16	307	n/a	121	n/a	155%	671	n/a	n/a
Lucro por ação atribuível aos acionistas ² Pós-IFRS 16	0,27	n/a	0,10	n/a	174%	0,59	n/a	n/a
EBITDA Ajustado	888	850	589	4%	51%	2.175	2.076	5%
EBITDA Ajustado ex-não recorrentes ³	901	850	642	6%	40%	2.240	2.362	(5%)
EBITDA Ajustado Pós-IFRS 16	979	n/a	677	n/a	45%	2.439	n/a	n/a
Investimentos	472	492	336	(4%)	41%	1.076	1.533	(30%)
Fluxo de caixa das operações	922	813	1.065	13%	(13%)	2.449	1.443	70%

¹ No padrão contábil IFRS, o lucro líquido consolidado inclui o lucro líquido atribuível à participação de acionistas não controladores das controladas

² Calculado em reais a partir da média ponderada do número de ações ao longo do período, líquido das ações em tesouraria. Estes valores consideram o desdobramento de ações ocorrido em abril/2019

³ O EBITDA Ajustado ex-não recorrentes não considera os efeitos do TAC de R\$ 53 milhões no 2T19 e de R\$ 13 milhões no 3T19, e a multa de R\$ 286 milhões nos 9M18

Receita líquida – Total de R\$ 23.203 milhões (-3%), em função da redução na receita líquida da Ipiranga e Oxiteno. Em relação ao 2T19, a receita líquida aumentou 7%, em consequência do aumento na receita da Ipiranga, Oxiteno, Ultragaz e Ultracargo.

EBITDA Ajustado – Total de R\$ 888 milhões (+4%) ou R\$ 901 milhões (+6%), se desconsiderarmos o TAC de R\$ 13 milhões, reflexo do aumento no EBITDA da Ipiranga, Ultragaz, Ultracargo e Extrafarma. Na comparação com o 2T19, o EBITDA Ajustado cresceu 51% (ou 40% se excluirmos o TAC nos dois períodos), devido ao maior EBITDA da Ipiranga, Oxiteno e Ultragaz. Considerando os ajustes do IFRS 16, o EBITDA Ajustado da Ultrapar no 3T19 e nos 9M19 foi de R\$ 979 milhões e R\$ 2.439 milhões, respectivamente.

Depreciação e amortização⁴ – Total de R\$ 304 milhões (+3%), em função da depreciação dos investimentos realizados ao longo dos últimos 12 meses. Na comparação com o 2T19, o total de custos e despesas com depreciação e amortização foi 1% superior, devido, principalmente, à maior amortização de ativos de contrato com clientes na Ipiranga no período.

Resultado financeiro – A Ultrapar encerrou o 3T19 com dívida líquida de R\$ 8,6 bilhões (2,72x EBITDA Ajustado LTM) em comparação a R\$ 8,1 bilhões em 30 de junho de 2019 (2,60x EBITDA Ajustado LTM), principalmente em função do pagamento de dividendos e da variação cambial da dívida em dólares no período. A Ultrapar apresentou despesa financeira líquida de R\$ 115 milhões no 3T19, um aumento de R\$ 56 milhões em relação ao 3T18, devido, principalmente, aos efeitos de variação cambial. Em relação ao 2T19, a despesa financeira aumentou R\$ 46 milhões, explicado pelos mesmos motivos mencionados anteriormente.

Lucro líquido – Total de R\$ 321 milhões (-1%), em função do aumento na despesa financeira, apesar do maior EBITDA. Em relação ao 2T19, o lucro líquido aumentou 153%, em razão do maior EBITDA. Considerando os ajustes do IFRS 16, o lucro líquido da Ultrapar no 3T19 e nos 9M19 foi de R\$ 307 milhões e R\$ 671 milhões, respectivamente.

Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais – Geração de R\$ 2.449 milhões nos 9M19, comparado a uma geração de R\$ 1.443 milhões nos 9M18, em função das iniciativas de otimização do capital de giro no período.

⁴ Inclui amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

Ipiranga

Comentário do Desempenho

	3T19	3T18	2T19	Δ 3T19 v 3T18	Δ 3T19 v 2T19	9M19	9M18	Δ 9M19 v 9M18
Volume total (mil m³)	6.185	6.200	5.610	0%	10%	17.382	17.520	(1%)
Diesel	3.167	3.301	2.787	(4%)	14%	8.628	8.993	(4%)
Ciclo Otto	2.903	2.780	2.721	4%	7%	8.434	8.178	3%
Outros ¹	115	120	102	(4%)	13%	319	348	(8%)
EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	615	497	447	24%	37%	1.600	1.484	8%
EBITDA Pós-ajustes (R\$ milhões)	676	n/a	508	n/a	33%	1.778	n/a	n/a

¹ Óleos combustíveis, arla 32, querosene, lubrificantes e graxas

Desempenho operacional – O volume vendido da Ipiranga no 3T19 manteve-se estável em relação ao 3T18, reflexo do aumento de 4% no volume de ciclo Otto, com maior participação do etanol no mix de vendas, e redução de 4% no volume de diesel, principalmente no segmento consumo. Em relação ao 2T19, o volume cresceu 10%, em função do aumento de 14% no diesel, com ganho de participação principalmente no segmento TRR, e de 7% no ciclo Otto, com ganho de participação em todos os combustíveis, além da sazonalidade entre os períodos.

Receita líquida – Total de R\$ 19.568 milhões (-2%), em função da queda de 2% no preço médio unitário da Ipiranga e volume estável comparado ao 3T18. Em relação ao 2T19, a receita líquida aumentou 7%, impulsionada pelo maior volume de vendas, apesar da queda nos preços médios unitários dos produtos derivados de petróleo e do etanol.

Custo dos produtos vendidos – Total de R\$ 18.676 milhões (-3%), devido, principalmente, à queda de 2% no custo médio unitário da Ipiranga em relação ao 3T18. Em relação ao 2T19, o custo dos produtos vendidos aumentou 7%, decorrente do maior volume de vendas, apesar da queda nos custos de combustíveis no período.

Despesas gerais, administrativas e de vendas (“SG&A”) – Total de R\$ 491 milhões (-10%), devido à reversão de R\$ 20 milhões na provisão para devedores duvidosos (PDD) e às iniciativas de gestão para redução de custos e despesas. Em relação ao 2T19, as despesas gerais, administrativas e de vendas foram 11% menores, devido à reversão de PDD citada acima, além de redução de despesas em diversas áreas da empresa.

Outros resultados operacionais – Total de R\$ 45 milhões, resultado, principalmente, da constituição de créditos extraordinários de PIS/COFINS no valor de R\$ 32 milhões.

EBITDA Ajustado – Total de R\$ 615 milhões (+24%), devido à melhora das margens, com contribuição da redução no SG&A, e melhor resultado da ICONIC. Em relação ao 2T19, o EBITDA Ajustado aumentou 37%, em função do maior volume de vendas e das menores despesas. Considerando os ajustes do IFRS 16 e da segregação das despesas corporativas, o EBITDA Ajustado da Ipiranga no 3T19 e nos 9M19 foi de R\$ 676 milhões e R\$ 1.778 milhões, respectivamente.

Investimentos – Foram investidos R\$ 226 milhões, direcionados à manutenção e ampliação das redes de postos e franquias e à expansão da infraestrutura logística da Ipiranga. Do total investido, R\$ 119 milhões referem-se a imobilizações e adições ao intangível, R\$ 105 milhões a ativos de contratos com clientes (direitos de exclusividade) e R\$ 2 milhões a liberações de financiamento a clientes e antecipação de aluguel, líquidos de repagamentos. A Ipiranga encerrou o 3T19 com 7.151 postos, uma redução de 35 postos em relação ao 2T19.

Oxiteno

Comentário do Desempenho

	3T19	3T18	2T19	Δ 3T19 v 3T18	Δ 3T19 v 2T19	9M19	9M18	Δ 9M19 v 9M18
Dólar médio (R\$/US\$)	3,97	3,96	3,92	0%	1%	3,89	3,60	8%
Volume total (mil tons)	195	205	183	(5%)	6%	559	579	(3%)
Especialidades	153	162	146	(5%)	5%	447	465	(4%)
<i>Commodities</i>	42	44	38	(4%)	12%	112	114	(2%)
Vendas no Brasil	147	151	132	(3%)	11%	403	416	(3%)
Vendas no mercado externo	49	54	51	(10%)	(5%)	156	163	(4%)
EBITDA (R\$ milhões)	74	173	39	(58%)	91%	146	346	(58%)
EBITDA Pós-ajustes (R\$ milhões)	79	n/a	44	n/a	81%	162	n/a	n/a

Desempenho operacional - O volume de especialidades químicas diminuiu 5%, com menores vendas em diversos segmentos, influenciado pelo desempenho modesto da economia nos países de atuação da Oxiteno na América Latina, além da redução nas exportações. O volume de *commodities* foi 4% menor na comparação com o 3T18, período em que a Oxiteno apresentou vendas acima da média nesse segmento. Quando comparado ao 2T19, o volume total de vendas aumentou 6%, com incremento de 12% em *commodities*, e de 5% em especialidades, em função da sazonalidade típica entre os períodos.

Receita líquida - Total de R\$ 1.121 milhões (-18%), em função da redução de 14% dos preços médios em dólar, com destaque para a queda nos preços de glicóis no mercado internacional, combinado com o menor volume de vendas. Em relação ao 2T19, a receita líquida aumentou 5%, fruto do maior volume vendido e do Real 1% mais desvalorizado frente ao dólar (R\$ 0,05/US\$), apesar da continuidade da queda do preço de glicóis no mercado internacional.

Custo dos produtos vendidos - Total de R\$ 911 milhões (-12%), em função da redução nos custos em dólares das principais matérias-primas, em particular o eteno e o óleo de palmiste ("PKO"), combinada com o menor volume de vendas, além da reversão de provisão para realização de estoques. Na comparação com o 2T19, o custo dos produtos vendidos cresceu 1%, reflexo do maior volume de vendas e do Real 1% mais depreciado em relação ao dólar, atenuados pela reversão de provisão para realização de estoques e redução de gastos com manutenção.

Despesas gerais, administrativas e de vendas ("SG&A") - Total de R\$ 186 milhões (-4%), em função de menores gastos com pessoal e com fretes internacionais, em linha com a queda de volume observada no período. Em relação ao 2T19, as despesas gerais, administrativas e de vendas aumentaram 5%, principalmente devido a maiores despesas com fretes (maior volume vendido) e com as unidades internacionais, apesar da redução dos gastos com pessoal.

EBITDA - Total de R\$ 74 milhões (-58%), em função do menor patamar de margens unitárias em dólar no período, fruto da queda dos preços de *commodities* petroquímicas no mercado internacional, especialmente glicóis, e do menor volume de vendas. Em relação ao 2T19, o EBITDA aumentou 91%, reflexo do incremento no volume de vendas, decorrente da sazonalidade entre os períodos, da redução de custos fixos e do Real mais desvalorizado frente ao dólar. Considerando os ajustes do IFRS 16 e da segregação das despesas corporativas, o EBITDA da Oxiteno no 3T19 e nos 9M19 foi de R\$ 79 milhões e R\$ 162 milhões, respectivamente.

Investimentos - Os investimentos no período foram de R\$ 61 milhões, direcionados, principalmente, à manutenção das unidades produtivas.

Ultragaz

Comentário do Desempenho

	3T19	3T18	2T19	Δ 3T19 v 3T18	Δ 3T19 v 2T19	9M19	9M18	Δ 9M19 v 9M18
Volume total (mil tons)	458	450	421	2%	9%	1.274	1.304	(2%)
Envasado	315	309	289	2%	9%	874	901	(3%)
Granel	143	141	132	1%	9%	400	403	(1%)
EBITDA¹ (R\$ milhões)	174	159	111	9%	58%	382	137	178%
EBITDA Pós-ajustes (R\$ milhões)	186	n/a	121	n/a	54%	415	n/a	n/a

¹ Nos 9M18, considera a multa de R\$ 286 milhões decorrente da não aquisição da Liquigás. Excluindo esse efeito, o EBITDA foi de R\$ 424 milhões

Desempenho operacional – O volume vendido no segmento envasado cresceu 2% em relação ao 3T18, reflexo da adição de novas revendas. No segmento de granel o volume foi 1% maior devido a maiores vendas para os segmentos de comércio e serviços e gases especiais. Em relação ao 2T19, o volume vendido aumentou 9%, explicado pela sazonalidade entre os trimestres e da recuperação de mercado após a interrupção parcial de fornecimento de GLP em algumas regiões no 2T19.

Receita líquida – Total de R\$ 1.894 milhões (+1%), em função do maior volume vendido no período, parcialmente compensado pelos reajustes nos preços do GLP. Em relação ao 2T19, a receita líquida aumentou 7%, pelos mesmos motivos mencionados anteriormente.

Custo dos produtos vendidos – Total de R\$ 1.606 milhões (-1%), em função dos reajustes nos custos de GLP, principalmente no segmento granel. Em relação ao 2T19, o custo dos produtos vendidos aumentou 4%, devido ao volume de vendas sazonalmente maior, parcialmente compensado pelos reajustes nos custos de GLP.

Despesas gerais, administrativas e de vendas (“SG&A”) – Total de R\$ 164 milhões (+13%), em função, principalmente, da reversão de PDD ocorrida no 3T18. Em relação ao 2T19, as despesas gerais, administrativas e de vendas aumentaram 4%, reflexo do maior volume de vendas, atenuado pela redução nos gastos com PDD no 3T19.

EBITDA – Total de R\$ 174 milhões (+9%), o maior EBITDA trimestral da história da Ultragaz, em função do maior volume de vendas e melhora na margem bruta, apesar do aumento das despesas no período. Em relação ao 2T19, o EBITDA foi 58% maior, devido principalmente ao incremento no volume de vendas e na margem bruta. Considerando os ajustes do IFRS 16 e da segregação das despesas corporativas, o EBITDA da Ultragaz no 3T19 e nos 9M19 foi de R\$ 186 milhões e R\$ 415 milhões, respectivamente.

Investimentos – Foram investidos R\$ 61 milhões, direcionados a clientes empresariais, reposição e aquisição de vasilhames e manutenção da infraestrutura logística e de bases de engarrafamento.

Ultracargo

Comentário do Desempenho

	3T19	3T18	2T19	Δ 3T19 v 3T18	Δ 3T19 v 2T19	9M19	9M18	Δ 9M19 v 9M18
Armazenagem efetiva ¹ (mil m ³)	778	765	745	2%	4%	760	758	0%
EBITDA (R\$ milhões)	36	44	(3)	(18%)	n/a	86	139	(38%)
EBITDA ex-não recorrentes² (R\$ milhões)	49	44	50	12%	(2%)	151	139	9%
EBITDA Pós-ajustes (R\$ milhões)	45	n/a	6	n/a	n/a	110	n/a	n/a

¹ Média mensal

² O EBITDA ex-não recorrentes não considera o efeito do TAC de R\$ 53 milhões no 2T19 e de R\$ 13 milhões no 3T19

Desempenho operacional - A armazenagem média da Ultracargo aumentou 2% em relação ao 3T18, devido principalmente à maior movimentação de combustíveis e corrosivos, atenuada pela queda na movimentação de etanol. Em relação ao 2T19, a armazenagem média nos terminais cresceu 4%, com maior movimentação de combustíveis e etanol.

Receita líquida - Total de R\$ 135 milhões no 3T19 (+9%), impulsionada pelo aumento da movimentação, principalmente em Santos e Suape, reajustes contratuais e maior volume *spot*. Em relação ao 2T19, a receita líquida aumentou 7%, em função da maior movimentação e do mix de produtos movimentados.

Custo dos serviços prestados - Total de R\$ 72 milhões (+16%), devido aos maiores custos com manutenção, materiais e serviços associados à expansão de capacidade em Santos. Em relação ao 2T19, o custo dos serviços prestados aumentou 15%, pelos mesmos motivos mencionados anteriormente.

Despesas gerais, administrativas e de vendas ("SG&A") - Total de R\$ 33 milhões (+8%), em função de maiores despesas com pessoal. Em relação ao 2T19, as despesas gerais, administrativas e de vendas aumentaram 6%, também por maiores despesas com pessoal.

Outros resultados operacionais - Total de R\$ 10 milhões negativos no 3T19, devido substancialmente ao provisionamento de R\$ 13 milhões referentes ao acordo para suspensão do processo penal que trata das consequências do incêndio ocorrido no terminal de Santos em 2015. Este valor foi destinado ao complemento do Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") firmado em maio de 2019 no âmbito do inquérito civil.

EBITDA - Total de R\$ 36 milhões, reflexo da parcela adicional do TAC que impactou o resultado em R\$ 13 milhões. Excluindo o efeito mencionado, o EBITDA seria de R\$ 49 milhões, um crescimento de 12% em relação ao 3T18, em função da maior movimentação e preço médio, reflexo dos reajustes contratuais e do aumento de volume *spot*, apesar dos maiores custos e despesas com o início da operação da capacidade expandida. Em relação ao 2T19, excluindo o efeito do TAC nos dois trimestres, o EBITDA seria 2% inferior, devido ao aumento no custo dos serviços associados à expansão de capacidade em Santos. Considerando os ajustes do IFRS 16 e da segregação das despesas corporativas, o EBITDA da Ultracargo no 3T19 e nos 9M19 foi de R\$ 45 milhões e R\$ 110 milhões, respectivamente.

Investimentos - Na Ultracargo, os investimentos no período foram de R\$ 90 milhões, direcionados ao pagamento da outorga de Vila do Conde, expansão dos terminais de Santos e Itaquí e à manutenção.

Extrafarma

Comentário do Desempenho

	3T19	3T18	2T19	Δ 3T19 v 3T18	Δ 3T19 v 2T19	9M19	9M18	Δ 9M19 v 9M18
Número de lojas (final do período)	423	414	433	2%	(2%)	423	414	2%
% de lojas maduras (+3 anos)	51%	47%	47%	4,4 p.p.	3,7 p.p.	51%	47%	4,4 p.p.
Receita bruta (R\$ milhões)	541	515	559	5%	(3%)	1.646	1.615	2%
EBITDA (R\$ milhões)	(5)	(24)	(5)	78%	(15%)	(31)	(31)	0%
EBITDA Pós-ajustes (R\$ milhões)	18	n/a	18	n/a	0%	36	n/a	n/a

Desempenho operacional - A Extrafarma encerrou o 3T19 com 423 lojas, sendo 49 aberturas e 40 fechamentos nos últimos 12 meses, equivalente a um aumento de 2% na sua base. Ao final do 3T19, as lojas em maturação (com até três anos de operação) representavam 49% da rede, reflexo do ritmo de expansão nos últimos anos. Em relação ao 2T19, a Extrafarma abriu 7 lojas e fechou 17, resultado da maior seletividade nos investimentos e maior rigor em relação às lojas com baixo desempenho.

Receita bruta - Total de R\$ 541 milhões (+5%), em função do crescimento de faturamento do atacado e do varejo, devido aos efeitos relacionados à estabilização do sistema de varejo em 2018, ao reajuste anual nos preços dos medicamentos e ao maior número de lojas, parcialmente compensados pelo ambiente competitivo ainda pressionado e pelo fechamento de lojas com baixo desempenho. Em relação ao 2T19, a receita bruta reduziu 3%, em linha com o menor número de lojas.

Custo dos produtos vendidos e lucro bruto - O custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 362 milhões (+5%), em decorrência do crescimento das vendas e do reajuste anual nos preços de medicamentos. O lucro bruto atingiu R\$ 151 milhões (+5%), equivalente a uma margem bruta de 28%. Em relação ao 2T19, o custo dos produtos vendidos reduziu 4% e o lucro bruto permaneceu estável.

Despesas gerais, administrativas e de vendas ("SG&A") - Total de R\$ 194 milhões (+9%), reflexo do maior número de lojas. Excluindo o efeito de novas lojas, as despesas gerais, administrativas e de vendas cresceram 4%, principalmente em função do maior patamar de depreciação, fruto dos investimentos realizados nos últimos anos, e do efeito do fechamento de lojas com baixo desempenho. Em relação ao 2T19, as despesas gerais, administrativas e de vendas reduziram 1%, em função, principalmente, de menores gastos com pessoal.

Outros resultados operacionais - Total de R\$ 15 milhões no 3T19, resultado da constituição de créditos extraordinários de PIS/COFINS e créditos sobre verbas previdenciárias.

EBITDA - Total de R\$ 5 milhões negativos em comparação ao reportado de R\$ 24 milhões negativos no 3T18, em função, principalmente, do crescimento do faturamento, da constituição de créditos tributários no período e dos efeitos relacionados à estabilização do sistema de varejo em 2018, parcialmente compensados pelo ambiente competitivo ainda pressionado e pelo fechamento de lojas com baixo desempenho. Em relação ao 2T19, o resultado permaneceu estável, apesar do menor ganho de estoque com o reajuste anual de preços de medicamentos. Considerando os ajustes do IFRS 16 e da segregação das despesas corporativas, o EBITDA da Extrafarma no 3T19 e nos 9M19 foi de R\$ 18 milhões e R\$ 36 milhões, respectivamente.

Investimentos - No 3T19 foram investidos R\$ 20 milhões, direcionados ao novo centro de distribuição em São Paulo, inaugurado em agosto, proporcionando melhores condições logísticas e de nível de serviço nas operações do Estado. Adicionalmente, foram realizados investimentos na abertura e reforma de lojas e tecnologia da informação, focados na melhoria operacional e na experiência de compra do consumidor, com destaque para o novo sistema de lojas, que incluirá promoções personalizadas, em fase piloto.

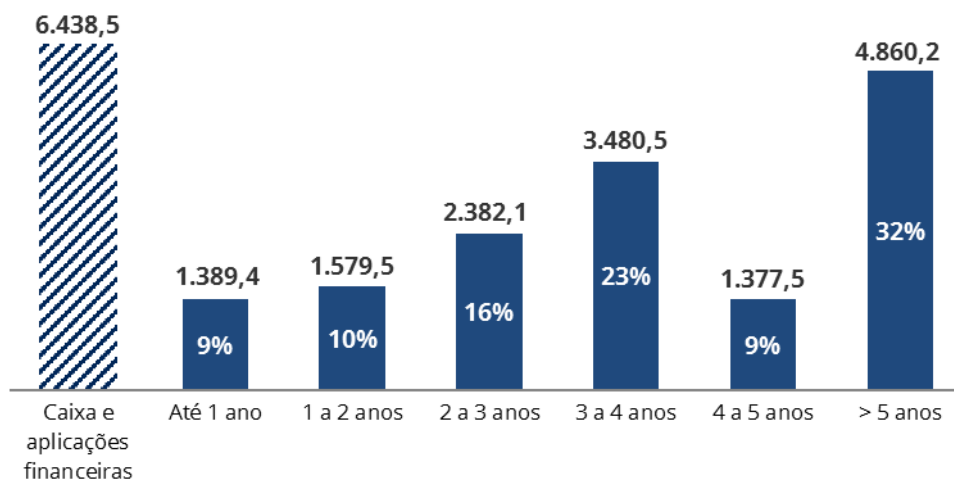
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais - Geração de R\$ 17 milhões no 3T19, comparado a um consumo de R\$ 61 milhões no 3T18, em função das iniciativas de otimização do capital de giro, melhor resultado e menores investimentos.

Endividamento (R\$ milhões)

Comentário do Desempenho

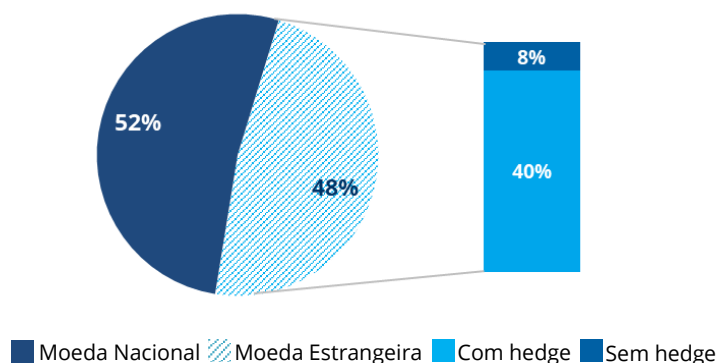
Ultrapar consolidado	3T19	2T19	3T18
Dívida bruta	(15.069,2)	(14.570,6)	(15.620,1)
Caixa e aplicações financeiras	6.438,5	6.421,5	6.428,8
Dívida líquida	(8.630,7)	(8.149,1)	(9.191,3)
Dívida líquida/EBITDA Ajustado LTM	2,72x	2,60x	2,94x
Custo médio da dívida (% CDI)	99,2%	97,6%	96,2%
Rendimento médio do caixa (% CDI)	94,1%	91,3%	95,6%
Prazo médio de amortização (anos)	5,0	5,0	4,4

Perfil de amortização:



Composição por moeda:

Moeda Nacional	7.197,9
Moeda Estrangeira	7.847,9
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros	23,5
Total	15.069,2



Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1.343 em São Paulo – SP, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código UGPA3, e na Bolsa de Nova Iorque (“NYSE”) por meio de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e comercialização de produtos químicos (“Oxiten”), na prestação de serviços de armazenagem de granéis líquidos (“Ultracargo”) e no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos (“Extrafarma”). As informações sobre os segmentos estão apresentadas na nota explicativa nº 33.

2 Apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações trimestrais da controladora e consolidadas (“informações trimestrais”) foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard* (“IAS”) 34 - *Interim Financial Reporting* emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e de acordo com o pronunciamento CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Sociedade e suas controladas.

As informações trimestrais são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais, exceto pela adoção do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) 16/CPC 06 (R2) em 1 de janeiro de 2019, conforme descrito na nota explicativa nº 2.h e y.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Apuração do resultado

A receita de vendas e serviços prestados é mensurada pelo valor da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, amortização de ativos de contratos com clientes e outras deduções, se aplicáveis, sendo reconhecida à medida que a entidade satisfaça sua obrigação de desempenho. Na Ipiranga, a receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. Na Ultragaz, a receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. Na Extrafarma, a receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. Na Oxiteno, a receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais, levando-se em consideração a modalidade de frete da entrega. Na Ultracargo, a receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. As aberturas das receitas de vendas e serviços prestados estão demonstradas nas notas explicativas nº 27 e 33.

As amortizações dos ativos de contratos com clientes referentes aos direitos de exclusividade com clientes da Ipiranga e às bonificações postecipadas são reconhecidas no resultado como redutoras da receita de vendas, conforme as condições estabelecidas nos contratos e são revistas à medida que ocorrem mudanças nos termos contratuais (vide notas explicativas nº 2.f e 11).

A taxa inicial de franquia da *am/pm* recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado linearmente ao longo do período dos contratos com os franqueados. Para maiores informações vide nota explicativa nº 24.a.

A receita diferida de programa de fidelidade é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que os pontos expiram. Para maiores informações vide nota explicativa nº 24.b.

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

As variações cambiais e os resultados de instrumentos de proteção são apresentados na demonstração do resultado na rubrica de despesa financeira.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 44.793 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 (R\$ 40.381 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018).

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Para maiores informações do caixa e equivalentes de caixa, vide nota explicativa nº 4.a.

c. Ativos financeiros

A Sociedade e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros conforme abaixo:

- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. As aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos são classificadas como custo amortizado.
- **Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação. Substancialmente as aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e operações compromissadas são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos de proteção são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possam afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) é cancelada a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos imediatamente no resultado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando ocorrer a alienação da controlada no exterior.

Para maiores informações dos instrumentos financeiros, vide nota explicativa nº 34.

d. Contas a receber e financiamentos a clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito (vide notas explicativas nº 5 e 34.d.3). As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa consideram, (i) no reconhecimento inicial do contrato, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses ou (ii) para a duração do contrato, quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes levando-se em consideração as características dos clientes de cada segmento de negócios. O montante da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber.

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente e indiretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação das controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

Os desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como ativos de contratos no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme as condições estabelecidas nos contratos (vide notas explicativas nº 2.a e 11).

g. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas informações trimestrais da controladora (vide notas explicativas nº 3.b e 12.a). Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente, a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%.

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais (vide nota explicativa nº 12 itens b e c). Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

h. Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar

As controladas da Sociedade reconhecem no balanço patrimonial, um ativo de direito de uso e o respectivo arrendamento a pagar, calculado pelo valor presente das parcelas futuras, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 13). A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado.

Ativos de direito de uso incluem os valores referentes as outorgas de concessões portuárias (vide nota explicativa nº 35.c).

As controladas da Sociedade aplicam as isenções de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e contratos de baixo valor. Nesses casos, a despesa com o arrendamento é reconhecida no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrida.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.n e 21), deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 14).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 14, que levam em consideração a vida útil dos bens e são revisados anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

j. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, seguindo os critérios abaixo:

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida. Os ágios são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de teste de recuperabilidade (vide nota explicativa nº 15.a).
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *software*, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 15, que levam em consideração sua vida útil e são revisados anualmente.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 15 itens a e e).

k. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

l. Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição - indenização e passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como os prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado levando em consideração o seu prazo, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 16.h).

m. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ corrente é considerado também a parcela de incentivo fiscal. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das informações trimestrais. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para maiores informações sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

n. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) até que o tanque seja retirado (vide nota explicativa nº 21). O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas. Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros.

o. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 22).

p. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 20.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”.

q. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por montantes conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

r. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das informações trimestrais. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

s. Base para conversão das informações trimestrais de controladas sediadas no exterior

s.1 Controladas com autonomia administrativa

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente do Real, e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das informações trimestrais. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão” e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes acumulados em 30 de setembro de 2019 totalizou R\$ 89.245 de ganho cambial (R\$ 65.857 de ganho cambial em 31 de dezembro de 2018), vide nota explicativa nº 26.g.2.

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Moeda funcional</u>	<u>País</u>
Oxiten México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxiten Uruguay S.A. (i)	Dólar norte-americano	Uruguai
Oxiten Andina, C.A. (ii)	Bolívar Soberano	Venezuela

(i) A controlada Oxiten Uruguay S.A. (“Oxiten Uruguay”) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano (“US\$”), considerando que suas vendas de estoques e compras de insumos, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

(ii) De acordo com a definição e orientação geral do IAS 29 (CPC 42), as características do ambiente econômico da Venezuela indicam que este país possui uma economia hiperinflacionária. Consequentemente, as informações financeiras da Oxiten Andina, C.A. (“Oxiten Andina”) estão sendo corrigidas monetariamente conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela. O Bolívar Soberano (“VES”) era negociado em 30 de setembro de 2019 à taxa de 20.746,39 VES/US\$ para venda e 20.694,53 VES/US\$ para compra.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

s.2 Controladas sem autonomia administrativa

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data-base das informações trimestrais. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 totalizou R\$ 5.005 (perda de R\$ 7.916 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018).

t. Uso de estimativas, premissas e julgamentos

Na preparação das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização e divulgação de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das informações trimestrais, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

t.1 Julgamentos

As informações sobre os julgamentos realizados estão incluídas na: determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.g, 2.s.1, 3 e 12.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.g, 12.a e 12.b) e determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.g e 12.c).

t.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na: determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.l, 4, 16 e 34), determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 34.d.3), determinação da provisão para perda em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), determinação dos valores de IRPJ e CSLL diferidos (notas explicativas nº 2.m e 9.a), determinação da taxa de câmbio utilizada para a tradução das informações da Oxiteno Andina (nota explicativa nº 2.s.1.ii), vida útil e taxa de desconto de ativos de direitos de uso (notas explicativas nº 2.h e 13), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.i e 14), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.j e 15.a), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.n e 21), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.o e 22), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.p e 20.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 25 e 34.j). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

u. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade e suas controladas revisam, trimestralmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização e anualmente para ativos intangíveis com vida útil indefinida. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa “UGC”). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Sociedade e suas controladas não registraram redução ao valor recuperável em 30 de setembro de 2019.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

v. Combinação de negócios

Uma combinação de negócio é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na adquirida é mensurado com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos.

w. Demonstrações de valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar.

x. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar nas atividades de financiamentos. A Sociedade e suas controladas apresentam nas atividades de investimentos, as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates e rendimentos.

y. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS emitidos pelo IASB entraram em vigor em 1 de janeiro de 2019:

(i) IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil:

Com a adoção do IFRS 16/ CPC 06 (R2), os contratos de arrendamentos das controladas da Sociedade, identificados e vigentes na data de transição e com prazos superiores a 12 meses, foram contabilizados da seguinte forma nas informações trimestrais:

- reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamentos a pagar no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros dos arrendamentos; e

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- reconhecimento de despesas de amortização de ativos de direito de uso e despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamentos na demonstração de resultado.

A Sociedade selecionou como método de transição a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo da aplicação inicial desse novo pronunciamento registrado como ajuste ao saldo de abertura do patrimônio líquido e sem a reapresentação de períodos comparativos.

No diagnóstico da adoção, a administração da Sociedade, com o auxílio de consultoria especializada, efetuou o inventário dos contratos, avaliando se o contrato contém ou não, arrendamento de acordo com o IFRS 16/CPC 06 (R2). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de imóveis locados de terceiros, áreas portuárias e valores menos representativos advindos de outras operações onde foram identificados a existência de ativos arrendados individualmente ou combinados em contratos de serviços.

Conforme permitido na norma, arrendamentos de curto prazo com locação de 12 meses ou menos, valores variáveis, prazos indeterminados e arrendamentos de ativos de baixo valor, como computadores pessoais e móveis de escritório, são reconhecidos como despesas de arrendamento em bases lineares no resultado.

Adicionalmente, os seguintes expedientes práticos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos:

- aplicação do IFRS 16/ CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 7/ CPC 06 (R1) e a IFRIC 4/ ICPC 03;
- utilização de taxa de desconto de acordo com o prazo de contrato e características similares;
- não foi realizado o reconhecimento dos contratos com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da adoção inicial da norma ou com prazos indeterminados;
- exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial dos ativos de direito de uso; e
- foram consideradas as opções de prorrogação de prazo ou rescisão, quando aplicável.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir sumariza os efeitos da adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2):

	01/01/2019
Ativo circulante	
Despesa antecipada	(39.066)
Ativo não circulante	
Despesa antecipada	(288.630)
Ativos de direito de uso	1.731.427
Intangível	(39.928)
Total do ativo	<u>1.363.803</u>
Passivo circulante	
Arrendamentos a pagar	13.827
Passivo não circulante	
Arrendamentos a pagar	1.349.976
Total do passivo	<u>1.363.803</u>

As análises associadas a mensuração e contabilização dos contratos de arrendamento mercantil estão substancialmente concluídas.

Para fins de mensuração, a Sociedade utilizou uma taxa de desconto nominal e estimou os fluxos de pagamentos pela parcela bruta de impostos.

(ii) IFRIC 23 (ICPC 22) - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:

O IFRIC 23/ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incertezas no tratamento de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do IAS 12/CPC 32.

Na avaliação da administração da Sociedade, não foram identificados impactos significativos em decorrência da adoção do IFRIC23/ICPC22, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

z. Autorização para a emissão das informações trimestrais

A autorização para a emissão destas informações trimestrais foi dada pelo Conselho de Administração (“CA”) da Sociedade em 06 de novembro de 2019.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

3 Princípios de consolidação e participações societárias

a. Princípios de consolidação

Na elaboração das informações trimestrais consolidadas foram eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas, as transações de receitas, custos e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado, a partir da data que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada em que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data que ocorre a perda de controle.

Quando necessário, são efetuados ajustes às informações trimestrais das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.

b. Participações societárias

As informações trimestrais consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Localidade	Segmento	% participação no capital social			
			30/09/2019		31/12/2018	
			Controle		Controle	
			Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Icorban - Correspondente Bancário Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Ipiranga Trading Limited	Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Iconic Lubrificantes S.A.	Brasil	Ipiranga	-	56	-	56
Integra Frotas Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99
Ultragaz Comercial Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Nova Paraná Distribuidora de Gás Ltda. ⁽¹⁾	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	Brasil	Extrafarma	-	100	-	100
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiten	100	-	100	-
Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio ⁽²⁾	Brasil	Oxiten	-	100	-	99
Oxiten Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxiten	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Uruguay S.A.	Uruguai	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten México S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten USA LLC	Estados Unidos	Oxiten	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Global Petroleum Products Trading Corp.	Britânicas	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Andina, C.A.	Venezuela	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Europe SPRL	Bélgica	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Colombia S.A.S.	Colômbia	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Shanghai LTD.	China	Oxiten	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
TEAS – Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda.	Brasil	Ultracargo	-	100	-	100
Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A. ⁽³⁾	Brasil	Ultracargo	-	100	-	-
Ultrapar International S.A.	Luxemburgo	Outros	100	-	100	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	Outros	-	100	-	100

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (1) Empresa não operacional em fase de extinção.
- (2) Em 30 de abril de 2019, as acionistas da Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno Nordeste”) aprovaram o resgate da totalidade das ações preferenciais classe “B” de sua emissão, com o consequente cancelamento.
- (3) Companhia constituída em 20 de maio de 2019 devido a licitação do porto de Vila do Conde (vide nota explicativa nº 35.c).

c. Aquisição do TEAS Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda.

A Sociedade, por meio da controlada Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar (“Tequimar”), adquiriu a totalidade das quotas do TEAS Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda. (“TEAS”). Em 29 de março de 2018, a aquisição foi concluída por meio do fechamento da operação. Para maiores detalhes da combinação de negócios do TEAS, vide nota explicativa nº 3.d das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019.

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições financeiras vinculados à taxa de juros dos Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), operações compromissadas, letras financeiras e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais do governo brasileiro e títulos privados de instituições financeiras; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições financeiras e em fundos de investimento de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 34.j conforme o modelo de gerenciamento de ativos financeiros da Sociedade e suas controladas.

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 6.438.501 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 6.994.406 em 31 de dezembro de 2018) e estão distribuídos conforme abaixo:

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão apresentados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	483	381	257.211	117.231
Em moeda estrangeira	-	-	74.103	88.251
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos de renda fixa	70.572	171.934	2.209.102	3.722.308
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa	-	-	12.878	11.161
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>71.055</u>	<u>172.315</u>	<u>2.553.294</u>	<u>3.938.951</u>

b. Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção

As aplicações financeiras, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	78.857	565.930	2.746.037	2.537.315
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	303.203	154.811
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	835.967	363.329
Total de aplicações financeiras	<u>78.857</u>	<u>565.930</u>	<u>3.885.207</u>	<u>3.055.455</u>
Circulante	78.857	565.930	3.339.668	2.853.106
Não circulante	-	-	545.539	202.349

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 34.i).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

5 Contas a receber e financiamentos a clientes (Consolidado)

a. Contas a receber de clientes

A composição das contas a receber de clientes é demonstrada conforme a seguir:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Clientes nacionais	3.995.895	4.290.996
Clientes estrangeiros	227.064	244.960
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(406.262)</u>	<u>(385.080)</u>
	<u>3.816.697</u>	<u>4.150.876</u>
Circulante	3.790.303	4.069.307
Não circulante	26.394	81.569

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
30/09/2019	4.222.959	3.344.645	121.322	47.927	34.855	110.462	563.748
31/12/2018	4.535.956	3.739.601	121.622	53.864	49.629	84.920	486.320

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
30/09/2019	406.262	34.930	3.811	2.428	3.340	55.586	306.167
31/12/2018	385.080	39.226	4.094	3.754	5.533	46.783	285.690

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	385.080
Adições	138.638
Baixas	<u>(117.456)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2019	<u>406.262</u>

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 34.d.3.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Financiamentos a clientes

A composição dos financiamentos a clientes é demonstrada conforme a seguir:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Financiamentos a clientes – Ipiranga	925.064	855.229
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(150.800)</u>	<u>(139.699)</u>
	<u>774.264</u>	<u>715.530</u>
Circulante	410.736	367.262
Não circulante	363.528	348.268

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes. Os prazos dos financiamentos a clientes variam substancialmente de 12 meses a 60 meses, sendo o prazo médio da carteira de 40 meses. As taxas mínimas e máximas são de 0% a.m. e 1% a.m., respectivamente.

A composição dos saldos de financiamentos a clientes, bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
30/09/2019	925.064	640.075	9.503	8.772	17.092	36.724	212.898
31/12/2018	855.229	633.183	11.262	14.869	9.377	20.783	165.755

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
30/09/2019	150.800	23.825	671	844	2.283	17.535	105.642
31/12/2018	139.699	26.982	1.250	1.642	1.131	12.176	96.518

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	139.699
Adições	25.390
Baixas	(14.289)
Saldo em 30 de setembro de 2019	<u>150.800</u>

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 34.d.3.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

6 Estoques (Consolidado)

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	30/09/2019			31/12/2018		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Combustíveis, lubrificantes e graxas	1.515.191	(1.778)	1.513.413	1.367.015	(1.804)	1.365.211
Produtos acabados	513.882	(26.169)	487.713	581.504	(20.923)	560.581
Produtos em elaboração	1.578	-	1.578	1.412	-	1.412
Matérias-primas	344.068	(2.651)	341.417	383.161	(1.894)	381.267
Gás liquefeito de petróleo - GLP	103.739	(5.761)	97.978	109.362	(5.761)	103.601
Materiais de consumo e outros itens para revenda	146.020	(2.410)	143.610	150.188	(3.770)	146.418
Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos	517.935	(3.786)	514.149	583.060	(5.364)	577.696
Compra para entrega futura ⁽¹⁾	159.564	(2.965)	156.599	193.928	(2.964)	190.964
Imóveis para revenda	29.273	(107)	29.166	27.489	(107)	27.382
	<u>3.331.250</u>	<u>(45.627)</u>	<u>3.285.623</u>	<u>3.397.119</u>	<u>(42.587)</u>	<u>3.354.532</u>

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a etanol e biodiesel e adiantamento de combustíveis.

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	42.587
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	(5.250)
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	<u>8.290</u>
Saldo em 30 de setembro de 2019	<u>45.627</u>

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	30/09/2019	31/12/2018
Ajuste ao valor de realização	16.152	21.402
Obsolescência e outras perdas	<u>29.475</u>	<u>21.185</u>
Total	<u>45.627</u>	<u>42.587</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

7 Tributos a recuperar

a. Impostos a recuperar (Consolidado)

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e do Programa de Integração Social - PIS.

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
ICMS (a.1)	943.918	710.669
Provisão para perdas de ICMS (a.1)	(92.924)	(99.187)
PIS e COFINS (a.2)	793.808	720.731
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas no exterior	34.594	31.678
Outros	<u>51.273</u>	<u>22.988</u>
Total	<u><u>1.730.669</u></u>	<u><u>1.386.879</u></u>
Circulante	988.629	639.699
Não circulante	742.040	747.180

a.1 O ICMS a recuperar está substancialmente relacionado às seguintes controladas e operações:

- (i) A controlada Oxiteno Nordeste realiza preponderantemente operações de exportação, de saída interestadual ou com diferimento de ICMS para produtos adquiridos dentro do Estado da Bahia;
- (ii) A controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (“IPP”) possui créditos decorrentes de saídas interestaduais de produtos derivados de petróleo, cujo ICMS foi antecipado pelo fornecedor (Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”)), bem como saldo credor constituído pela diferença entre transações de entradas e saídas de produtos sujeitos à tributação do ICMS próprio (notadamente etanol);
- (iii) A controlada Extrafarma possui créditos oriundos das antecipações de ICMS e ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelos seus centros de distribuição, majoritariamente no Norte e Nordeste.

A administração estima a realização desses créditos no prazo de até 10 anos.

A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.2 Refere-se, majoritariamente, aos créditos de PIS e COFINS apropriados nos termos das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003 pelas controladas IPP e Cia. Ultragas, cujo consumo ocorrerá por meio da compensação com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (“SRF”) em um prazo estimado pela administração de 2 anos. A controlada Oxiteno S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno S.A.”) possui créditos decorrentes de restituição de valores pagos indevidamente a título de PIS-Semestralidade. As controladas Oxiteno S.A. e Extrafarma possuem créditos oriundos de decisão definitiva favorável sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS. As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Oleoquímica”) e Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. (“EMCA”) possuem créditos oriundos de decisão definitiva favorável sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS – Importação. A realização dos créditos da Oxiteno S.A. se dará por reestruturação societária com a Oxiteno Nordeste. Para esses casos, a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos.

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Estão representados por IRPJ e CSLL a recuperar.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IRPJ e CSLL	77.535	88.390	418.203	362.784
Total	<u>77.535</u>	<u>88.390</u>	<u>418.203</u>	<u>362.784</u>
Circulante	38.088	39.705	314.529	257.182
Não circulante	39.447	48.685	103.674	105.602

Trata-se de IRPJ e CSLL a ser recuperado pela Sociedade e suas controladas, decorrente das antecipações realizadas a maior em exercícios anteriores, sendo que a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos para as controladas Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste e em até 2 anos para as demais.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

8 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

a.1 Controladora

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Resultado financeiro ⁽¹⁾</u>
	Debêntures ⁽¹⁾	Contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	750.000	-	40.151
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	5.371	-
Total em 30 de setembro de 2019	<u>750.000</u>	<u>5.371</u>	<u>40.151</u>

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>		<u>Resultado financeiro ⁽¹⁾</u>
	Debêntures ⁽¹⁾	Demais contas a pagar ⁽²⁾	Contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	761.288	-	-	41.422
Companhia Ultragaz S.A.	-	3.975	-	-
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	-	5.158	-
Total em 31 de dezembro de 2018	<u>761.288</u>	<u>3.975</u>	<u>5.158</u>	
Total em 30 de setembro de 2018				<u>41.422</u>

⁽¹⁾ Em março de 2016, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão privada de debêntures, em série única de 75 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2021 e remuneração semestral vinculada ao CDI.

⁽²⁾ Refere-se a plano de ações (vide nota explicativa nº 8.c).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.2 Consolidado

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas e entre controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	Mútuos	
	Ativo	Passivo
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.875
Outros	490	1.074
Total em 30 de setembro de 2019	<u>490</u>	<u>3.949</u>

	Mútuos	
	Ativo	Passivo
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.925
Outros	490	1.146
Total em 31 de dezembro de 2018	<u>490</u>	<u>4.071</u>

Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados, não contêm cláusulas de remuneração e são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Operações comerciais				
	A receber ⁽¹⁾	A pagar ⁽¹⁾	Vendas e serviços prestados	Compras	Despesas
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	1.519	2	14.240	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	196.813	-	733.806	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	3.455	113	3.657	109	-
LA'7 Participações e Empreend. Imob. Ltda. (a)	-	124	-	-	1.106
Chevron Latin America Marketing LLC	1.386	-	-	-	-
Total em 30 de setembro de 2019	<u>4.841</u>	<u>198.569</u>	<u>3.659</u>	<u>748.155</u>	<u>1.106</u>

	Operações comerciais				
	A receber ⁽¹⁾	A pagar ⁽¹⁾	Vendas e serviços prestados	Compras	Despesas
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	567	5	8.986	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	24.630	-	779.536	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	1.042	136	4.144	766	-
LA'7 Participações e Empreend. Imob. Ltda. (a)	-	117	-	-	1.117
Total em 31 de dezembro de 2018	<u>1.042</u>	<u>25.450</u>			
Total em 30 de setembro de 2018			<u>4.149</u>	<u>789.288</u>	<u>1.117</u>

⁽¹⁾ Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes nacionais”, “fornecedores nacionais” e “fornecedores convênio”, respectivamente.

(a) Referem-se a contratos de aluguéis de 15 drogarias de propriedade da LA'7 em 30 de setembro de 2019 (15 drogarias em 31 de dezembro de 2018), empresa dos ex-acionistas da Extrafarma e atuais acionistas da Ultrapar.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“ConectCar”) acima referem-se à serviços prestados. Na avaliação da administração da Sociedade e de suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 16.i.

b. Pessoal-chave da administração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 20.b.

A despesa com remuneração do pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), está demonstrado abaixo:

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Remuneração de curto prazo	36.944	28.673
Remuneração em ações	7.313	(336) ^(*)
Benefício pós-emprego	1.934	1.709
Benefício de rescisão do cargo	-	905
Total	<u>46.191</u>	<u>30.951</u>

(*) Inclui a reversão de despesas do cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores (vide nota explicativa nº 8.c).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Plano de ações (Consolidado)

A Ultrapar adota, desde 2003, um plano de ações em que o executivo detém o usufruto de ações mantidas em tesouraria, até a efetiva transferência da propriedade plena das ações, em períodos de cinco a sete anos, condicionada à não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Sociedade e/ou suas controladas. O volume de ações e os executivos beneficiados são determinados pelo CA, não havendo obrigatoriedade de outorga anual. O número total de ações a serem utilizadas no plano está sujeito à existência de tais ações em tesouraria. O CA da Ultrapar não possui plano de ações. Os valores das concessões foram determinados na data da outorga, com base no valor de mercado dessas ações na B3 e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
13 de março de 2017	200.000	2022 a 2024	34,00	9.378	(4.115)	5.263
4 de março de 2016	380.000	2021 a 2023	32,72	17.147	(10.436)	6.711
10 de dezembro de 2014	800.000	2019 a 2021	25,32	27.939	(22.935)	5.004
5 de março de 2014	111.200	2020 a 2021	26,08	5.999	(5.455)	544
7 de novembro de 2012	153.328	2019	21,45	16.139	(16.085)	54
	<u>1.644.528</u>			<u>76.602</u>	<u>(59.026)</u>	<u>17.576</u>

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, a amortização de R\$ 7.955 (R\$ 4.774 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018) foi registrada como despesa geral e administrativa.

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.700.128
Ações transferidas aos administradores	<u>(55.600)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2019	<u>1.644.528</u>

As informações acima foram ajustadas retrospectivamente conforme desdobramento de ações divulgado na nota explicativa nº 26.a.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Adicionalmente, os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 19 de abril de 2017, novo plano de incentivo baseado em ações (“Plano”), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nua-propriedade, com períodos de três a seis anos, a diretores ou empregados da Sociedade ou de controladas.

Poderão ser entregues aos participantes, em decorrência do Plano, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Sociedade, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 11.128.102 ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos programas de ações restritas e de performance outorgados:

Programa	Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
Restritas	1 de outubro de 2017	240.000	2023	38,19	12.642	(4.214)	8.428
Restritas e performance	8 de novembro de 2017	75.876	2020 a 2022	38,19	5.014	(2.525)	2.489
Restritas e performance	4 de abril de 2018	184.076	2021 a 2023	34,35	12.066	(4.755)	7.311
Restritas	19 de setembro de 2018	160.000	2024	19,58	4.321	(720)	3.601
Restritas	24 de setembro de 2018	80.000	2024	18,40	2.030	(339)	1.691
Restritas e performance	3 de abril de 2019	567.876	2022 a 2024	23,25	24.491	(3.204)	21.287
Restritas	2 de setembro de 2019	440.000	2025	16,42	10.074	(140)	9.934
		<u>1.747.828</u>			<u>70.638</u>	<u>(15.897)</u>	<u>54.741</u>

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, foi registrada uma despesa geral e administrativa de R\$ 9.048 em relação ao Plano (R\$ 4.369 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018).

Saldo em 31 de dezembro de 2018	739.952
Ações outorgadas em 3 de abril de 2019	567.876
Ações outorgadas em 2 de setembro de 2019	440.000
Saldo em 30 de setembro de 2019	<u>1.747.828</u>

As informações acima foram ajustadas retrospectivamente conforme desdobramento de ações divulgado na nota explicativa nº 26.a.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	100.048	116.191
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	155.925	154.516
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	84.145	85.575
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	261.908	147.376
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	9.514	12.258
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	-	-	75.249	75.838
Provisão para retirada de tanques	-	-	14.690	15.801
Provisão para fornecedores	-	-	49.948	38.339
Provisão para participação nos lucros e bônus	-	-	40.319	49.621
Demais provisões	7.464	14.034	57.830	56.394
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d)	9.679	-	306.264	208.036
Total	<u>17.143</u>	<u>14.034</u>	<u>1.155.840</u>	<u>959.945</u>
Compensações de saldos passivos	-	-	(555.982)	(445.758)
Saldos líquidos apresentados no ativo	<u>17.143</u>	<u>14.034</u>	<u>599.858</u>	<u>514.187</u>
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	1.887	1.981
Operações de arrendamento mercantil	-	-	2.481	2.858
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	311.393	138.332
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	227.637	187.845
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	114.713	117.352
Diferenças temporárias de controladas no exterior	-	-	35	-
Demais provisões	-	-	15.746	6.687
Total	-	-	<u>673.892</u>	<u>455.055</u>
Compensações de saldos ativos	-	-	(555.982)	(445.758)
Saldos líquidos apresentados no passivo	-	-	<u>117.910</u>	<u>9.297</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Saldo inicial	14.034	29.158	504.890	530.419
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período	3.109	(31.861)	(90.500)	(28.180)
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	-	-	64.310	159.852
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em combinação de negócio (i)	-	-	-	(38.017)
Outros	-	-	3.248	3.712
Saldo final	17.143	(2.703)	481.948	627.786

(i) Para maiores detalhes da combinação de negócios da Chevron e do TEAS, vide nota explicativa nº 3.c e 3.d das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019.

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	7.087	218.319
De 1 a 2 anos	1.552	143.645
De 2 a 3 anos	1.552	212.803
De 3 a 5 anos	3.058	245.874
De 5 a 7 anos	3.894	221.164
De 7 a 10 anos	-	114.035
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	17.143	1.155.840

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Lucro antes da tributação e equivalência patrimonial	9.800	91.538	1.086.096	970.157
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(3.332)	(31.123)	(369.273)	(329.853)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	(594)	(213)	(41.228)	(54.667)
Receitas não tributáveis (ii)	7.098	13	24.568	22.837
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	8.245	7.261
Juros sobre capital próprio (iv)	-	(538)	-	(538)
Prejuízos fiscais e bases negativas sem ativo fiscal diferido reconhecido (v)	-	-	(64.769)	(39.610)
Demais ajustes	(63)	-	14.374	(5.700)
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	3.109	(31.861)	(428.083)	(400.270)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	30.891	76.034
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	3.109	(31.861)	(397.192)	(324.236)
Corrente	-	-	(306.692)	(296.056)
Diferido	3.109	(31.861)	(90.500)	(28.180)
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	(31,7)	34,8	36,6	33,4

- (i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;
- (ii) Consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões;
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas;
- (iv) Juros sobre capital próprio é uma opção prevista na legislação societária brasileira para distribuição de lucros aos acionistas, calculado com base na taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), que não afeta o resultado do exercício, mas afeta a base de cálculo do IRPJ e CSLL, sendo tributável para o beneficiário e dedutível para a entidade que remunera;
- (v) Vide nota explicativa nº 9.d.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Incentivos fiscais – SUDENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), conforme quadro abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Unidades</u>	<u>Incentivo - %</u>	<u>Término</u>
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Mataripe	75	2024
	Base de Caucaia	75	2025
	Base de Juazeiro	75	2026
	Base de Aracaju ⁽¹⁾	75	2027
	Base de Suape ⁽²⁾	75	2027
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Suape	75	2020
	Terminal de Aratu	75	2022
	Terminal de Itaqui	75	2025
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2021
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari	75	2026
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Planta de Camaçari	75	2026

⁽¹⁾ A controlada Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”) teve reconhecida pela SUDENE, por meio de laudo constitutivo emitido em 22 de outubro de 2018, a redução do IRPJ em 75% até 2027, em virtude da modernização na planta de Aracaju - Sergipe. Em 22 de outubro de 2018, foi protocolado o Pedido de Reconhecimento do Direito à Redução do IRPJ na Receita Federal do Brasil, a qual possuía o prazo de 120 dias para manifestação a contar da data da apresentação do pedido. Em virtude do decurso do prazo sem que houvesse manifestação expressa, configurando a homologação tácita do pedido, a controlada reconheceu o benefício fiscal no resultado de 2019, retroativo a janeiro de 2018, no montante de R\$ 1.067.

⁽²⁾ A controlada Bahiana teve reconhecida pela SUDENE, por meio de laudo constitutivo emitido em 14 de janeiro de 2019, a redução do IRPJ em 75% até 2027, em virtude da modernização na planta de Suape - Pernambuco. Foi protocolado em 23 de janeiro de 2019 na Receita Federal do Brasil o Pedido de Reconhecimento do Direito à Redução do IRPJ, homologado em maio de 2019.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar

Em 30 de setembro de 2019, a Sociedade e certas controladas possuíam prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 1.136.130 (R\$ 873.718 em 31 de dezembro de 2018) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 1.137.879 (R\$ 876.315 em 31 de dezembro de 2018), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

Ademais, certas controladas do exterior possuem prejuízos fiscais no montante de R\$ 1.042.286 (R\$ 620.906 em 31 de dezembro de 2018).

Em 30 de setembro de 2019 o saldo constituído de tributos diferidos é R\$ 306.264. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$ 208.036 foi suportado pelo estudo técnico sobre a projeção de lucros tributáveis para a realização de ativos fiscais diferidos, examinado pelo Conselho Fiscal (“CF”) e aprovado pelo CA da Sociedade.

O montante do IRPJ e CSLL diferido ativo não constituído devido à incerteza de sua efetiva realização é de R\$ 328.312 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 220.832 em 31 de dezembro de 2018).

10 Despesas antecipadas (Consolidado)

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Aluguéis ⁽¹⁾	90.587	413.799
Propaganda e publicidade	29.421	54.011
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	18.287	22.737
Prêmios de seguros	56.975	52.607
Manutenção de <i>software</i>	9.525	21.667
Demais despesas antecipadas	<u>23.447</u>	<u>21.844</u>
	<u>228.242</u>	<u>586.665</u>
Circulante	133.323	187.570
Não circulante	94.919	399.095

⁽¹⁾ Com a adoção do IFRS16 / CPC 06 (R2), alguns contratos foram transferidos para rubrica ativos de direito de uso (vide nota explicativa nº 2.y).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

11 Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade (Consolidado)

Refere-se aos desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos com clientes da Ipiranga registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como redutor da receita de vendas no resultado conforme as condições estabelecidas no contrato (prazo médio ponderado de amortização de cinco anos), sendo revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos.

A movimentação é demonstrada abaixo:

	<u>30/09/2019</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.518.477
Adições	231.737
Amortizações	(273.383)
Transferências	(17.717)
Saldo em 30 de setembro de 2019	<u>1.459.114</u>
Circulante	481.498
Não circulante	977.616
	<u>30/09/2018</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.502.360
Adições	279.381
Amortizações	(282.430)
Transferências	(22)
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u>1.499.289</u>
Circulante	487.206
Não circulante	1.012.083

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***12 Investimentos****a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)**

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

	30/09/2019				Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas				
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.244.330	6.665.477	18.460.997	4.393.869	533.332
Passivo	2.547	4.830.197	11.255.657	4.417.025	484.444
Patrimônio líquido	1.241.783	1.835.280(*)	7.205.340(*)	(23.156)	48.888
Receita líquida de vendas e serviços	-	1.059.174	53.795.806	-	1.530.851
Lucro (prejuízo) líquido	13.770	120.744(*)	532.042(*)	(36.711)	(8.274)
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33
	31/12/2018				
	Controladas				Empreendimento controlado em conjunto
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.279.932	6.222.795	17.850.422	2.904.188	517.304
Passivo	2.509	3.416.140	12.434.610	2.894.598	456.714
Patrimônio líquido	1.277.423	2.806.655(*)	5.415.812(*)	9.590	60.590
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	30/09/2018				Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas				
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Receita líquida de vendas e serviços	-	1.020.297	54.931.643	-	1.546.283
Lucro líquido	88.375	201.695 (*)	297.056 (*)	(5.298)	9.046
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

(*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.

Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras dos segmentos de negócios encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 33.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Investimentos em controladas					Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxitenos S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.277.423	2.806.655	5.415.812	9.590	9.509.480	20.118	9.529.598
Equivalência patrimonial	13.770	120.744	532.094	(36.708)	629.900	(2.747)	627.153
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	(50.015)	(1.011.490)	(198.000)	-	(1.259.505)	(1.221)	(1.260.726)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(27)	-	(27)	-	(27)
Instrumento patrimonial outorgado	178	486	4.723	-	5.387	-	5.387
Ajustes de avaliação patrimonial	25	(103.587)	738	-	(102.824)	83	(102.741)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	23.328	-	-	23.328	-	23.328
Aumento de capital em dinheiro	-	-	1.450.000	3.964	1.453.964	-	1.453.964
Resgate de ações de acionistas não-controladores da Oxitenos NE	402	(856)	-	-	(454)	-	(454)
Saldo em 30 de setembro de 2019	1.241.783	1.835.280	7.205.340	(23.154)	10.259.249	16.233	10.275.482

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Investimentos em controladas					Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.165.426	2.682.015	5.407.699	13.121	9.268.261	54.739	9.323.000
Equivalência patrimonial	88.375	201.695	297.064	(5.298)	581.836	1.265	583.101
Dividendos	-	(97.849)	(353.824)	-	(451.673)	(31.174)	(482.847)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(3)	-	(3)	-	(3)
Instrumento patrimonial outorgado	46	186	2.472	-	2.704	-	2.704
Ajustes de avaliação patrimonial	(59)	(261.500)	3.140	-	(258.419)	(1.641)	(260.060)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	39.438	(280)	-	39.158	-	39.158
Saldo em 30 de setembro de 2018	1.253.788	2.563.985	5.356.268	7.823	9.181.864	23.189	9.205.053

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)

A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense (“RPR”), que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (“Ultracargo Participações”) participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”), que tem como atividade principal a armazenagem de granéis líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada IPP participa da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento automático de pedágios e estacionamento nos Estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal.

Em 23 de setembro de 2019, para a concessão portuária BEL02A no porto de Miramar, foi constituída a Latitude Logística Portuária S.A. (“Latitude”), (vide nota explicativa nº 35.c).

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações trimestrais de 30 de setembro de 2019.

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

	União Vopak	RPR	ConectCar	Latitude Logística	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.446	20.118	74.390	-	101.954
Aporte de capital	-	-	17.500	5.439	22.939
Ajuste de avaliação patrimonial	-	83	-	-	83
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	(1.473)	(1.221)	-	-	(2.694)
Equivalência patrimonial	<u>1.728</u>	<u>(2.747)</u>	<u>(19.200)</u>	<u>-</u>	<u>(20.219)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2019	<u>7.701</u>	<u>16.233</u>	<u>72.690</u>	<u>5.439</u>	<u>102.063</u>

	União Vopak	RPR	ConectCar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.096	54.739	61.226	122.061
Aporte de capital	-	-	24.000	24.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(1.641)	-	(1.641)
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(31.174)	-	(31.174)
Equivalência patrimonial	<u>1.478</u>	<u>1.265</u>	<u>(13.780)</u>	<u>(11.037)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u>7.574</u>	<u>23.189</u>	<u>71.446</u>	<u>102.209</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	30/09/2019		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	8.308	390.880	129.939
Ativo não circulante	8.958	142.452	158.237
Passivo circulante	1.672	418.324	142.038
Passivo não circulante	194	66.120	759
Patrimônio líquido	15.400	48.888	145.379
Receita líquida	12.602	1.530.851	57.320
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(8.338)	(1.544.816)	(98.185)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(808)	5.691	2.466
Lucro (prejuízo) líquido	3.456	(8.274)	(38.399)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	228.768.000
Participação no capital social - %	50	33	50
	31/12/2018		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	8.432	370.250	129.152
Ativo não circulante	8.552	147.054	150.054
Passivo circulante	1.814	385.079	130.414
Passivo não circulante	280	71.635	14
Patrimônio líquido	14.890	60.590	148.778
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	193.768.000
Participação no capital social - %	50	33	50
	30/09/2018		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Receita líquida	13.970	1.546.283	41.046
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(9.592)	(1.537.184)	(82.338)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(1.420)	(53)	13.733
Lucro (prejuízo) líquido	2.958	9.046	(27.559)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	193.768.000
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

Em 05 de agosto de 2019, para o porto de Vitória, foi constituída a Navegantes Logística Portuária S.A. (“Navegantes”) (vide nota explicativa nº 35.c). Até o encerramento dessas informações trimestrais não houve integralização de capital.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Sociedades coligadas (Consolidado)

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno S.A. participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. (“Oxicap”), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá.

A controlada Oxiteno Nordeste participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Cia. Ultragaz participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Cia. Ultragaz participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

O investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 31 de agosto de 2019, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas informações trimestrais de 30 de setembro de 2019.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.689	15.366	3.590	228	465	24.338
Dividendos	(381)	-	-	-	(87)	(468)
Equivalência patrimonial	1.323	632	(35)	(65)	69	1.924
Saldo em 30 de setembro de 2019	<u>5.631</u>	<u>15.998</u>	<u>3.555</u>	<u>163</u>	<u>447</u>	<u>25.794</u>

	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.348	14.458	3.618	340	577	25.341
Redução de capital	(1.250)	-	-	-	-	(1.250)
Dividendos	(839)	-	-	-	(206)	(1.045)
Equivalência patrimonial	881	979	(27)	(88)	109	1.854
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u>5.140</u>	<u>15.437</u>	<u>3.591</u>	<u>252</u>	<u>480</u>	<u>24.900</u>

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	30/09/2019				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	10.522	52.189	73	43	136
Ativo não circulante	14.346	83.524	10.147	775	2.437
Passivo circulante	1.741	16.626	-	25	24
Passivo não circulante	602	9.454	3.110	302	1.208
Patrimônio líquido	22.525	109.633	7.110	491	1.341
Receita líquida	9.322	43.463	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(3.700)	(36.791)	(81)	(152)	226
Resultado financeiro e imposto de renda	(116)	(2.483)	12	(43)	(19)
Lucro (prejuízo) líquido	5.506	4.189	(69)	(195)	207
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	31/12/2018				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	7.803	38.714	51	19	64
Ativo não circulante	15.254	85.395	10.238	990	2.791
Passivo circulante	3.963	9.777	-	21	123
Passivo não circulante	332	8.888	3.109	302	1.334
Patrimônio líquido	18.762	105.444	7.180	686	1.398
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33
	30/09/2018				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Receita líquida	7.910	42.269	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(4.068)	(32.211)	(71)	(239)	346
Resultado financeiro e imposto de renda	(196)	(3.567)	17	(22)	(18)
Lucro (prejuízo) líquido	3.646	6.491	(54)	(261)	328
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

13 Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar (Consolidado)

Algumas controladas da Sociedade possuem contratos de arrendamento de imóveis, substancialmente relacionados a: (i) Ipiranga: postos de combustíveis e centro de distribuição; (ii) Extrafarma: farmácias e centro de distribuição; (iii) Ultragaz: pontos de venda e base de engarrafamento; (iv) Ultracargo: áreas portuárias; e (v) Oxiteno: planta industrial. Algumas controladas possuem também contratos de arrendamento de veículos.

a. Ativos de direito de uso

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Adoção IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Transferências	Variação monetária e cambial	Amortizações	Saldo em 30/09/2019
Custo:								
Imóveis	7	1.636.330	230.020	(22.960)	32.190	70.560	-	1.946.140
Áreas portuárias (*)	-	-	89.864	-	-	-	-	89.864
Outros	4	95.097	14.630	(1.367)	27.847	3.961	-	140.168
		<u>1.731.427</u>	<u>334.514</u>	<u>(24.327)</u>	<u>60.037</u>	<u>74.521</u>	<u>-</u>	<u>2.176.172</u>
Amortização acumulada:								
Imóveis		-	-	1.904	-	(6)	(191.999)	(190.101)
Áreas portuárias		-	-	-	-	-	-	-
Outros		-	-	214	(14.068)	(12)	(27.226)	(41.092)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.118</u>	<u>(14.068)</u>	<u>(18)</u>	<u>(219.225)</u>	<u>(231.193)</u>
Custo líquido		<u>1.731.427</u>	<u>334.514</u>	<u>(22.209)</u>	<u>45.969</u>	<u>74.503</u>	<u>(219.225)</u>	<u>1.944.979</u>

(*) Refere-se às outorgas de concessões portuárias, sendo R\$ 69.490 pagos pelas controladas da Sociedade no 3º trimestre de 2019 e R\$ 20.374 que serão pagos no 4º trimestre de 2019 (vide nota explicativa nº 35.c).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Arrendamentos a pagar

A movimentação dos arrendamentos a pagar é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	46.066
Adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	1.363.803
Apropriação de juros	94.954
Pagamento de contraprestação de arrendamentos	(237.225)
Adições e remensurações	244.650
Baixas de contratos	(22.378)
Variação monetária e cambial	78.064
Saldo em 30 de setembro de 2019	<u>1.567.934</u>
Circulante	205.252
Não circulante	1.362.682

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência dos contratos de arrendamento mercantil, estão apresentados abaixo:

30/09/2019

Até 1 ano	327.609
De 1 a 2 anos	548.594
De 2 a 3 anos	423.828
De 3 a 4 anos	352.693
De 4 a 5 anos	237.115
Mais de 5 anos	574.870
	<u>2.464.709</u>

Os contratos relacionados aos arrendamentos a pagar são indexados substancialmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas).

c. Contratos de arrendamento de ativos de baixo valor

As controladas Cia. Ultragaz, Bahiana, Tequimar, Serma e Oxiteno S.A. mantêm contratos de arrendamento, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 a 48 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
30/09/2019	8.377	7.078	-	15.455

O total de arrendamento mercantil, reconhecido como despesa em 30 de setembro de 2019, foi R\$ 6.253 (R\$ 9.053 em 30 de setembro de 2018).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

14 Imobilizado (Consolidado)

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2018	Adições	Depreciações	Transferências (i)	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/09/2019
Custo:								
Terrenos	-	620.879	-	-	4.785	(1.453)	2.040	626.251
Edificações	32	1.801.073	4.644	-	95.431	(803)	16.087	1.916.432
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8	1.015.640	11.836	-	76.721	(21.161)	33	1.083.069
Máquinas e equipamentos	13	5.219.256	91.596	-	240.746	(4.910)	37.145	5.583.833
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	14	2.864.333	72.701	-	63.970	(34.733)	-	2.966.271
Tanques e vasilhames para GLP	10	743.016	41.122	-	(6.993)	(37.143)	-	740.002
Veículos	7	308.756	20.057	-	719	(15.540)	(99)	313.893
Móveis e utensílios	9	279.016	10.527	-	3.160	(2.100)	371	290.974
Obras em andamento	-	922.799	417.526	-	(490.025)	-	11.232	861.532
Adiantamentos a fornecedores	-	14.088	6.907	-	(8.921)	-	-	12.074
Importações em andamento	-	41	3.367	-	(384)	-	-	3.024
Equipamentos de informática	5	395.063	13.731	-	171	(3.236)	506	406.235
		<u>14.183.960</u>	<u>694.014</u>	<u>-</u>	<u>(20.620)</u>	<u>(121.079)</u>	<u>67.315</u>	<u>14.803.590</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Depreciações	Transferências (i)	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/09/2019
Depreciação acumulada:							
Edificações	(743.117)	-	(42.485)	206	680	(951)	(785.667)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(558.042)	-	(64.039)	2.021	19.881	(9)	(600.188)
Máquinas e equipamentos	(2.969.209)	-	(223.110)	2.981	4.005	9.337	(3.175.996)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(1.657.608)	-	(120.319)	-	29.342	-	(1.748.585)
Tanques e vasilhames para GLP	(401.056)	-	(44.948)	4.467	24.489	-	(417.048)
Veículos	(123.650)	-	(20.458)	28	8.627	112	(135.341)
Móveis e utensílios	(155.339)	-	(13.934)	(11)	2.055	98	(167.131)
Equipamentos de informática	(288.083)	-	(26.161)	50	3.145	(429)	(311.478)
	<u>(6.896.104)</u>	<u>-</u>	<u>(555.454)</u>	<u>9.742</u>	<u>92.224</u>	<u>8.158</u>	<u>(7.341.434)</u>
Provisão para perdas:							
Adiantamento a fornecedores	(83)	(27)	-	-	-	-	(110)
Edificações	(306)	-	-	-	-	-	(306)
Terrenos	(827)	-	-	-	-	-	(827)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.385)	-	-	-	729	(46)	(702)
Máquinas e equipamentos	(6.117)	-	-	-	-	(157)	(6.274)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(165)	-	-	-	60	-	(105)
Obras em andamento	(38)	-	-	-	-	-	(38)
Móveis e utensílios	(70)	-	-	-	-	-	(70)
	<u>(8.991)</u>	<u>(27)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>789</u>	<u>(203)</u>	<u>(8.432)</u>
Custo líquido	<u>7.278.865</u>	<u>693.987</u>	<u>(555.454)</u>	<u>(10.878)</u>	<u>(28.066)</u>	<u>75.270</u>	<u>7.453.724</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(i) Refere-se a valores transferidos para o intangível, estoques e direito de uso.

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construções e modernizações dos parques industriais, terminais, lojas, postos de serviços e bases de distribuição.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de bens para expansão das unidades industriais, terminais, lojas e bases e aquisição de imóveis operacionais.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

15 Intangível (Consolidado)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2018	Adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adições	Amortizações	Transferências (i)	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/09/2019
Custo:									
Ágio (a)	-	1.525.088	-	-	-	-	-	-	1.525.088
Software (b)	5	1.062.486	-	70.177	-	2.240	(94)	1.665	1.136.474
Tecnologia (c)	5	32.617	-	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial	10	64.032	(56.813)	2.590	-	(1.702)	(874)	-	7.233
Fundo de comércio	6	142.989	-	1.505	-	(10.895)	-	-	133.599
Marcas (d)	-	120.571	-	-	-	-	-	3.591	124.162
Direito de uso de marcas (d)	39	114.792	-	-	-	-	-	-	114.792
Outros (e)	10	43.281	-	1.567	-	(355)	-	359	44.852
		<u>3.105.856</u>	<u>(56.813)</u>	<u>75.839</u>	<u>-</u>	<u>(10.712)</u>	<u>(968)</u>	<u>5.615</u>	<u>3.118.817</u>
Amortização acumulada:									
Software		(537.438)	-	-	(72.418)	13	88	(1.053)	(610.808)
Tecnologia		(32.613)	-	-	(3)	-	-	-	(32.616)
Direitos de propriedade comercial		(23.931)	16.885	-	(102)	(669)	844	-	(6.973)
Fundo de comércio		(106.597)	-	-	(4.976)	4.176	-	-	(107.397)
Direito de uso de marcas		(3.182)	-	-	(2.203)	-	-	-	(5.385)
Outros		(32.740)	-	-	(78)	136	-	(3)	(32.685)
		<u>(736.501)</u>	<u>16.885</u>	<u>-</u>	<u>(79.780)</u>	<u>3.656</u>	<u>932</u>	<u>(1.056)</u>	<u>(795.864)</u>
Custo líquido		<u>2.369.355</u>	<u>(39.928)</u>	<u>75.839</u>	<u>(79.780)</u>	<u>(7.056)</u>	<u>(36)</u>	<u>4.559</u>	<u>2.322.953</u>

(i) Refere-se a valores transferidos para o imobilizado e direito de uso.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As despesas de amortização foram reconhecidas nas informações trimestrais, conforme demonstrado abaixo:

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	8.473	12.133
Despesas com vendas e comerciais	2.284	6.966
Despesas gerais e administrativas	<u>69.023</u>	<u>53.910</u>
	<u>79.780</u>	<u>73.009</u>

a. Ágio

O saldo líquido remanescente do ágio é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade e representam as seguintes aquisições:

	Segmento	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	661.553	661.553
Ipiranga ⁽¹⁾	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
CBLSA	Ipiranga	69.807	69.807
Oxitenos Uruguay	Oxitenos	44.856	44.856
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragaz	13.403	13.403
TEAS	Ultracargo	797	797
Outros	Oxitenos	<u>583</u>	<u>583</u>
		<u>1.525.088</u>	<u>1.525.088</u>

⁽¹⁾ Inclui R\$ 246.163 na Ultrapar.

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados.

As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo:

Período de avaliação: a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos (exceto segmento Extrafarma), e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para o segmento Extrafarma foi utilizado um período de dez anos devido ao prazo de quatro anos para maturidade de novas lojas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2018 variaram de 8,4% a 13,9% e 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada.

Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: considera o orçamento de 2019 e o plano estratégico de longo prazo elaborado pela administração e aprovado pelo CA.

A Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos importantes nos fluxos de caixas e no valor em uso. Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

b. Software

Inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem, informações contábeis, entre outros.

c. Tecnologia

As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, álcoois graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

d. Marcas e direito de uso de marcas

Marcas representam os custos de aquisição da marca 'am/pm' no Brasil e da marca Extrafarma, adquirida na combinação de negócios, e direitos de uso das marcas Chevron e Texaco.

e. Outros intangíveis

Referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrafarma.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

16 Empréstimos, financiamentos e debêntures

a. Composição

a.1 Controladora

Descrição	30/09/2019	31/12/2018	Índice/ Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 30/09/2019 - % a.a.	Vencimento
Moeda nacional:					
Debêntures – 6ª emissão (g.5)	1.729.224	1.756.954	CDI	105,3	2023
Circulante	6.045	34.504			
Não circulante	1.723.179	1.722.450			

a.2 Consolidado

Descrição	30/09/2019	31/12/2018	Índice/ Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 30/09/2019 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b) (*)	4.410.808	2.889.631	US\$	+5,3	2026 a 2029
Financiamento externo (c.1) (*)	1.101.316	985.268	US\$	+3,9	2021 a 2023
Financiamento externo (c.1) (*)	632.252	582.106	US\$ + LIBOR (1)	+0,9	2022 a 2023
Instituições financeiras (e)	623.447	620.605	US\$ + LIBOR (1)	+2,0	2020 a 2023
Financiamento externo (c.2)	252.015	234.363	US\$+ LIBOR (1)	+2,0	2020
Instituições financeiras (e)	136.790	127.288	US\$	+2,8	2020 a 2022
Instituições financeiras (e)	40.411	27.845	MX\$ (2)	+9,4	2019
BNDES (d)	857	2.596	US\$	+6,5	2019 a 2020
Instituições financeiras (e)	-	3.950	MX\$+TIIE (2)	-	-
Adiantamento de Cambiais Entregues	-	1.485	US\$	-	-
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	-	11.702	US\$	-	-
Total moeda estrangeira	7.197.896	5.486.839			

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Descrição	30/09/2019	31/12/2018	Índice/ Moeda	Encargos financeiros	Vencimento
				médios ponderados em 30/09/2019 - % a.a.	
Moeda nacional:					
Debêntures – CRA (g.2, g.4 e g.6)	2.068.457	2.029.545	CDI	95,8	2022 a 2023
Debêntures – Ipiranga (g.1 e g.3)	1.854.238	2.039.743	CDI	105,0	2020 a 2022
Debêntures – 6ª emissão (g.5)	1.729.224	1.756.954	CDI	105,3	2023
Banco do Brasil pós-fixado (f)	1.013.989	2.614.704	CDI	110,9	2020 a 2022
Debêntures – CRA (g.2, g.4 e g.6) (*)	934.737	833.213	IPCA	+4,6	2024 a 2025
BNDES (d)	81.937	147.922	TJLP (3)	+2,3	2019 a 2023
Cédula de Crédito Bancário	52.990	50.075	CDI	124,0	2019
FINEP	44.224	53.245	TJLP (3)	+1,6	2019 a 2023
BNDES (d)	35.988	51.467	SELIC (5)	+2,3	2019 a 2023
FINEP	14.420	22.553	R\$	+4,0	2019 a 2021
Banco do Nordeste do Brasil	11.470	15.776	R\$ (4)	+8,5	2019 a 2021
BNDES (d)	6.159	14.071	R\$	+6,9	2019 a 2022
FINAME	24	32	TJLP (3)	+5,7	2019 a 2022
Total moeda nacional	7.847.857	9.629.300			
Total moeda estrangeira e nacional	15.045.753	15.116.139			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (**)	23.476	43.944			
Total	15.069.229	15.160.083			
Circulante	1.389.350	2.271.148			
Não circulante	13.679.879	12.888.935			

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 34.h).

(**) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 34.i).

- (1) LIBOR = London Interbank Offered Rate.
- (2) MX\$ = peso mexicano; TIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.
- (3) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 30 de setembro de 2019, a TJLP estava fixada em 5,95% a.a.
- (4) Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 30 de setembro de 2019, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%.
- (5) SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.116.139
Captações com efeito caixa	2.016.429
Apropriação de juros	657.202
Pagamento de principal	(2.160.567)
Pagamento de juros	(1.220.707)
Variação monetária e cambial	514.549
Variação de valor justo	<u>122.708</u>
Saldo em 30 de setembro de 2019	<u>15.045.753</u>

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
De 1 a 2 anos	1.579.522	960.038
De 2 a 3 anos	2.382.116	1.548.092
De 3 a 4 anos	3.480.464	3.216.293
De 4 a 5 anos	1.377.541	3.428.130
Mais de 5 anos	<u>4.860.236</u>	<u>3.736.382</u>
	<u>13.679.879</u>	<u>12.888.935</u>

Os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.h.

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 34.h).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Notas no mercado externo

Em 6 de outubro de 2016, a controlada Ultrapar International S.A. (“Ultrapar International”) emitiu US\$ 750 milhões (equivalente a R\$ 3.123,3 milhões em 30 de setembro de 2019) em notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 98,097% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para esta operação (vide nota explicativa nº 34.h.3).

Em 6 de junho de 2019, a controlada Ultrapar International emitiu US\$ 500 milhões (equivalente a R\$ 2.082,2 milhões em 30 de setembro de 2019) em notas no mercado externo com vencimento em junho de 2029 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 100% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para parte desta operação (vide nota explicativa nº 34.h.3).

Em 21 de junho de 2019, a controlada Ultrapar International recomprou US\$ 200 milhões (equivalente a R\$ 832,9 milhões em 30 de setembro de 2019) das notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026.

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas Ultrapar International e IPP.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões (equivalente a R\$ 624,7 milhões em 30 de setembro de 2019) ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Financiamentos externos

c.1 A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 395 milhões (equivalente a R\$ 1.645 milhões em 30 de setembro de 2019). A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 104,4% do CDI. A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo (vide nota explicativa nº 34.h.1), desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ (milhões)	R\$ (milhões)	Custo em % do CDI
Encargos ⁽¹⁾	21,3	88,6	-
jul/2021	60,0	249,9	101,8
jun/2022	100,0	416,4	105,0
jul/2023	50,0	208,2	104,8
set/2023	60,0	249,9	105,0
set/2023	65,0	270,7	104,7
nov/2023	60,0	249,9	104,5
Total / custo médio	<u>416,3</u>	<u>1.733,6</u>	<u>104,4</u>

⁽¹⁾ Considera juros, custo de transação, marcação a mercado e reconhecimento inicial de *hedge*.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

c.2 A controlada Global Petroleum Products Trading Corporation possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões (equivalente a R\$ 249,9 milhões em 30 de setembro de 2019), com vencimento em 22 de junho de 2020 e encargo financeiro de LIBOR + 2,0% a.a., pago trimestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragas, contratou instrumento de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos financeiros do financiamento externo para 105,9% do CDI. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiteno Nordeste.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. BNDES

As controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

e. Instituições financeiras

As controladas Oxiteno México S.A. de C.V., Oxiteno USA LLC (“Oxiteno USA”) e Oxiteno Uruguay possuem empréstimos para investimentos e capital de giro.

A controlada Oxiteno USA possui financiamentos com custo médio de LIBOR + 2,0% e vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ milhões	R\$ milhões
Encargos ⁽¹⁾	0,1	0,5
fev/2020	10,0	41,5
ago/2020	10,0	41,5
set/2020	20,0	83,1
fev/2021	10,0	41,5
mar/2022	30,0	124,6
out/2022	40,0	166,1
mar/2023	30,0	124,6
Total	<u>150,1</u>	<u>623,4</u>

⁽¹⁾ Considera juros e custo de transação.

Os recursos foram utilizados no financiamento do capital de giro e na construção de uma nova planta de alcoilação no Texas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados à comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol).

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 30 de setembro de 2019):

Vencimento	
mai/2020	341.457
mai/2021	336.165
mai/2022	<u>336.367</u>
Total	<u><u>1.013.989</u></u>

g. Debêntures

g.1. Em maio de 2016, a controlada IPP efetuou sua quarta emissão pública de debêntures em série única de 500 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	25 de maio de 2021
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de maio de 2019
Remuneração:	105,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g.2. Em abril de 2017, a controlada IPP efetuou sua quinta emissão de debêntures em duas séries, sendo uma de 660.139 e outra de 352.361 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Eco Consult – Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de Certificado de Recebíveis de Agronegócio (CRA). As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	660.139
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	18 de abril de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Quantidade:	352.361
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de abril de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,68%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A controlada IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 93,9% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

g.3. Em julho de 2017, a controlada IPP efetuou sua sexta emissão pública de debêntures em série única de 1.500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	28 de julho de 2022
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de julho de 2021
Remuneração:	105,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g.4. Em outubro de 2017, a controlada IPP efetuou sua sétima emissão de debêntures no montante total de R\$ 944.077, em duas séries, sendo uma de 730.384 e outra de 213.693 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Vert Créditos Ltda., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 1 de novembro de 2017. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	730.384
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Quantidade:	213.693
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,34%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,3% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

g.5. Em março de 2018, a Sociedade efetuou sua sexta emissão de debêntures, em série única de 1.725.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	5 de março de 2023
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	105,25% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g.6. Em dezembro de 2018, a controlada IPP efetuou sua oitava emissão de debêntures no montante total de R\$ 900.000, em duas séries, sendo uma de 660.000 e outra de 240.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP. As debêntures foram subscritas com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 21 de dezembro de 2018. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	660.000
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	18 de dezembro de 2023
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	97,5% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação
Quantidade:	240.000
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de dezembro de 2025
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,61%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,1% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

As debêntures têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 30 de setembro de 2019).

Vencimento	
Encargos ¹	171.729
mai/2020	166.650
mai/2021	166.700
jul/2021	750.000
abr/2022	660.139
jul/2022	750.000
out/2022	730.384
mar/2023	1.725.000
dez/2023	660.000
abr/2024	352.361
out/2024	213.693
dez/2025	<u>240.000</u>
Total	<u>6.586.656</u>

⁽¹⁾ Considera juros, custo de transação e marcação a mercado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2018	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 30/09/2019
Debêntures (g)	0,2	56.376	-	(12.321)	44.055
Notas no mercado externo (b)	0,1	13.881	18.442	(3.348)	28.975
Banco do Brasil (f)	0,2	3.437	-	(2.432)	1.005
Financiamentos externos (c)	0,2	331	-	(183)	148
Outros	0,2	2.432	-	(748)	1.684
Total		76.457	18.442	(19.032)	75.867

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Debêntures (g)	13.037	12.459	10.453	5.684	2.113	309	44.055
Notas no mercado externo (b)	3.428	3.420	3.422	3.425	3.436	11.844	28.975
Banco do Brasil (f)	537	335	133	-	-	-	1.005
Financiamento externo (c)	148	-	-	-	-	-	148
Outros	720	481	415	68	-	-	1.684
Total	17.870	16.695	14.423	9.177	5.549	12.153	75.867

i. Garantias

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 72.760 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 69.822 em 31 de dezembro de 2018) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 12.083.696 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 10.667.175 em 31 de dezembro de 2018).

A Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 289.606 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 271.162 em 31 de dezembro de 2018).

Algumas controladas da Sociedade emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”), conforme abaixo:

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	IPP		Oxiten	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias	55.165	-	2.772	2.750
Vencimento de até	60 meses	-	4 meses	3 meses
Valor justo das garantias outorgadas	818	-	69	68

Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. Até 30 de setembro de 2019, as controladas não tiveram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas é reconhecido na rubrica “demais contas a pagar” no passivo circulante, sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

17 Fornecedores (Consolidado)

	30/09/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais	1.622.683	2.079.010
Fornecedores nacionais - convênio (i)	467.134	73.169
Fornecedores estrangeiros	193.178	472.597
Fornecedores estrangeiros - convênio (i)	124.889	106.901
	<u>2.407.884</u>	<u>2.731.677</u>

(i) Fornecedores convênio: Algumas controladas da Sociedade realizaram convênio com instituição financeira, que consiste na antecipação de recebimento dos títulos por parte do fornecedor, no qual a instituição financeira antecipa um determinado montante para o fornecedor e recebe na data de vencimento o montante devido pelas controladas da Sociedade. A decisão de aderir a essa operação é única e exclusivamente do fornecedor. O convênio não altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor. Assim essas operações são apresentadas na demonstração do fluxo de caixa como fluxo das atividades operacionais.

Algumas controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***18 Salários e encargos sociais (Consolidado)**

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisões sobre folha de pagamento	239.458	186.200
Participação nos lucros, bônus e prêmios	119.622	147.170
Encargos sociais	58.015	67.043
Outros	14.986	27.779
	<u>432.081</u>	<u>428.192</u>

19 Obrigações tributárias (Consolidado)

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
ICMS	180.673	166.038
PIS e COFINS	17.075	38.055
ISS	23.980	22.339
IVA das controladas no exterior	23.787	21.306
Outros	24.697	20.267
	<u>270.212</u>	<u>268.005</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

20 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar

Em fevereiro de 2001, o CA da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar (“Ultraprev”). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,3% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 35 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, as controladas contribuíram com R\$ 16.179 (R\$ 18.262 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 30 de setembro de 2019 atingiu 8.240 participantes ativos e 317 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 25 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

b. Benefícios pós-emprego

As controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela administração em 31 de dezembro de 2018.

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Plano de Assistência Médica e Odontológica ⁽¹⁾	118.301	112.628
Indenização do FGTS	75.888	83.781
Gratificação por tempo de serviço	33.335	37.397
Seguro de vida ⁽¹⁾	<u>17.003</u>	<u>16.009</u>
Total	<u>244.527</u>	<u>249.815</u>
Circulante	42.237	45.655
Não circulante	202.290	204.160

⁽¹⁾ somente aplicável a IPP e Iconic Lubrificantes S.A. (“Iconic”).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

21 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da controlada IPP localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.n).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	54.667
Adições (novos tanques)	248
Gastos com tanques retirados	(5.263)
Despesa com atualização	1.451
Saldo em 30 de setembro de 2019	<u>51.103</u>
Circulante	3.830
Não circulante	47.273

22 Provisões e contingências (Consolidado)

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Pagamentos	Atualizações	Saldo em 30/09/2019
IRPJ e CSLL (a.1.1)	532.341	221	(492)	-	12.066	544.136
PIS e COFINS	26.271	-	(4.173)	-	511	22.609
ICMS	100.823	1.204	(2.688)	(234)	299	99.404
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2.1)	90.932	8.346	(18.103)	(3.383)	2.835	80.627
Trabalhistas (a.3.1)	101.173	21.080	(8.020)	(10.784)	2.284	105.733
Outras	91.531	1.048	(1.429)	-	1.673	92.823
Total	<u>943.071</u>	<u>31.899</u>	<u>(34.905)</u>	<u>(14.401)</u>	<u>19.668</u>	<u>945.332</u>
Circulante	77.822					92.836
Não circulante	865.249					852.496

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Algumas das provisões acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados.

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Tributários	748.384	727.493
Trabalhistas	76.045	69.978
Cíveis e outros	<u>95.714</u>	<u>84.036</u>
Total – ativo não circulante	<u><u>920.143</u></u>	<u><u>881.507</u></u>

a.1 Provisões tributárias e previdenciárias

a.1.1 Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragas e Bahiana ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela SRF, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 512.518 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 500.260 em 31 de dezembro de 2018). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e as controladas recorreram desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores – Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) e Supremo Tribunal Federal (“STF”) cujo julgamento definitivo encontra-se pendente.

a.2 Provisões cíveis, ambientais e regulatórias

a.2.1 A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$ 80.627 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 90.932 em 31 de dezembro de 2018).

a.3 Provisões trabalhistas

a.3.1 A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 105.733 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 101.173 em 31 de dezembro de 2018) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando, principalmente, parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Passivos contingentes (possíveis)

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda maior que 25% e menor ou igual a 50%) pelos departamentos jurídicos da Sociedade e suas controladas, baseado na opinião de seus assessores legais externos e, com base nesta avaliação, não se encontram provisionados nas informações trimestrais. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R\$ 2.876.887 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 2.839.219 em 31 de dezembro de 2018).

b.1 Passivos contingentes tributários e previdenciários

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R\$ 2.025.607 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 1.941.749 em 31 de dezembro de 2018), dos quais se destacam:

b.1.1 A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R\$ 172.544 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 168.391 em 31 de dezembro de 2018).

b.1.2 A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R\$ 857.566 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 836.393 em 31 de dezembro de 2018). Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R\$ 335.046 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 318.550 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$ 130.853 (R\$ 126.639 em 31 de dezembro de 2018) se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 95.723 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 125.703 em 31 de dezembro de 2018); de fruição condicionada de incentivo fiscal no valor de R\$ 116.790 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 121.745 em 31 de dezembro de 2018); e de diferenças de estoque no valor de R\$ 171.220 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 185.512 em 31 de dezembro de 2018) relacionadas às sobras ou faltas ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto.

b.1.3 A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 721.409 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 674.126 em 31 de dezembro de 2018) dos quais se destaca a seguinte:

b.1.3.1 A controlada IPP recebeu uma autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL decorrentes da suposta amortização indevida do ágio pago na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 206.026 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 193.771 em 31 de dezembro de 2018), que inclui o montante dos tributos, juros e penalidade. A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2 Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 597.488 totalizando 3.186 processos em 30 de setembro de 2019 (R\$ 624.457 totalizando 3.520 processos em 31 de dezembro de 2018), dos quais se destacam:

b.2.1 A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa em valor atualizado de R\$ 33.472 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 32.983 em 31 de dezembro de 2018). Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.

b.2.2 Em 2016, a controlada Cia. Ultragaz tornou-se parte em dois processos administrativos junto ao CADE, relativos a alegações de práticas anticompetitivas: i) um dos processos trata de supostas práticas na Paraíba e outros Estados do Nordeste, e nele a controlada Bahiana é parte juntamente com a Cia. Ultragaz. Neste processo, a Cia. Ultragaz e a Bahiana firmaram Termo de Compromisso de Cessação (“TCC”) com o CADE, homologado em 22 de novembro de 2017, no montante de R\$ 95.987, pagos em 8 (oito) parcelas iguais atualizadas pela SELIC, de periodicidade semestral, com vencimento da primeira em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação da homologação. Três funcionários e um ex-funcionário celebraram TCC no montante total de R\$ 1.100. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz e à Bahiana até seu julgamento final; ii) o segundo processo trata de supostas práticas no Distrito Federal e entorno, e nele apenas a Cia. Ultragaz é parte. Neste processo, a Cia. Ultragaz também firmou TCC com o CADE, homologado em 6 de setembro de 2017, no montante de R\$ 2.154, pago em uma única parcela em 8 de março de 2018. Dois ex-funcionários celebraram TCC no montante de R\$ 50 cada um. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz até seu julgamento final.

b.2.3 A controlada IPP é parte em dois processos administrativos perante o CADE baseados em supostas práticas anticompetitivas no município de Joinville em Santa Catarina e na região metropolitana de Belo Horizonte em Minas Gerais, sendo que, para este último, houve a aplicação de multa administrativa por suposta indução ao comportamento uniforme de preços na revenda de combustíveis, no montante de R\$ 40.693. A controlada IPP continuará a exercer a sua defesa recorrendo em todas as instâncias administrativas e judiciais. Suportada na opinião dos advogados externos, que classificam a probabilidade de perda como remota, a administração não reconheceu provisão para essas contingências em 30 de setembro de 2019.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2.4 Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer técnico pelo Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEX, órgão vinculado ao Ministério Público Estadual de São Paulo (“MPE”), apresentando proposta de cálculo de indenização para os supostos danos ambientais decorrentes do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no Terminal de Santos da controlada Tequimar. O trabalho não possui efeito vinculante, caráter condenatório ou sancionatório e ainda será avaliado pelas autoridades e partes envolvidas. A controlada discorda da metodologia e das premissas adotadas na proposta e está negociando acordo com o MPE e Ministério Público Federal (“MPF”) desde o início da investigação, não havendo, até o presente momento, no âmbito cível, ação ajuizada a respeito do assunto. As negociações estão direcionadas à reparação *in natura* dos eventuais danos. Desta forma, em 15 de maio de 2019 a controlada Tequimar firmou Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Parcial (“TAC”) no montante de R\$ 67.539 com o MPE e MPF para compensação dos danos difusos e coletivos de qualquer natureza decorrentes da mortandade de peixes e dos danos causados à ictiofauna. As negociações sobre compensação de outros alegados danos continuam em andamento e, uma vez concluídas, os desembolsos correspondentes ao custo dos projetos poderão afetar as demonstrações financeiras da Sociedade futuramente. No âmbito criminal, o MPF ofereceu denúncia em face da controlada Tequimar, que foi citada e apresentou resposta à denúncia em 19 de junho de 2018. Em continuidade, na data de 12 de setembro de 2019, em audiência na justiça federal de Santos, o MPF e a Tequimar acordaram, e a autoridade judicial homologou, a suspensão condicional do processo penal pelo período de 2 anos, quando então Tequimar deverá comprovar o cumprimento da execução do TAC Parcial firmado, com a obrigação da destinação complementar de R\$ 13.000 ao Projeto de Manejo de Pesca, para a obtenção do arquivamento definitivo do processo. Adicionalmente, em 30 de setembro de 2019 existem passivos contingentes não reconhecidos referentes às ações judiciais no montante de R\$ 10.107 (R\$ 62.930 em 31 de dezembro de 2018). Em 30 de setembro de 2019 não existem pleitos extrajudiciais (R\$ 3.426 em 31 de dezembro de 2018). Para maiores informações vide nota explicativa nº 23.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.3 Passivos contingentes trabalhistas

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R\$ 253.792 totalizando 1.690 processos em 30 de setembro de 2019 (R\$ 273.013 totalizando 1.726 processos em 31 de dezembro de 2018), dos quais destaca-se:

b.3.1 O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Polo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento da ação coletiva de natureza declaratória pelo Sindicato Patronal (SINPEQ), contra o Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais, que já transitaram em julgado, foram julgadas de forma favorável às controladas Oxiteno Nordeste e EMCA e a ação coletiva permanece aguardando julgamento definitivo no STF. Em 2010, algumas empresas do Polo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato na ação coletiva em trâmite no STF. Em outubro de 2015, o Sindiquímica ajuizou ações de cumprimento em face de todas as empresas que não celebraram acordo, entre elas a Oxiteno Nordeste e a EMCA. Para a Oxiteno Nordeste foi proferida decisão favorável, aguardando julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Para a EMCA, a decisão de 1ª instância favorável à empresa foi revertida no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, sendo opostos Embargos de Declaração. Além das ações coletivas, ações individuais contendo o mesmo objeto têm sido ajuizadas.

c. Operação de lubrificantes entre IPP e Chevron

No processo da transação da operação de lubrificantes no Brasil entre a Chevron e a controlada IPP (vide nota explicativa nº 3.c das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019), ficou acordado que cada acionista fica responsável por quaisquer demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões antes da transação. As provisões de responsabilidade do acionista Chevron no montante de R\$ 2.711 (R\$ 3.609 em 31 de dezembro de 2018) estão refletidas na consolidação dessas informações trimestrais. Adicionalmente, em conexão com a combinação de negócios, uma provisão no montante de R\$ 198.900 foi reconhecida em 1 de dezembro de 2017 relacionados aos passivos contingentes, com saldo de R\$ 191.110 em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018. Os montantes de provisões e passivos contingentes reconhecidos na combinação de negócios e de responsabilidade da acionista Chevron serão ressarcidos à controlada Iconic em caso de perdas, sendo constituído dessa forma um ativo de indenização no mesmo montante sem necessidade de constituir provisão para valores incobráveis.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Ativos contingentes

d.1 Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

Todas as controladas, cuja tese jurídica de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS é aplicável, possuem ações visando a obtenção desse direito. Para as controladas Oxiteno S.A. e Extrafarma há ação transitada em julgado e os respectivos subsídios de comprovação dos valores a restituir foram devidamente confirmados pela administração. Os valores a recuperar das demais controladas serão reconhecidos na medida em que houver, concomitantemente, o trânsito em julgado da ação individual e a confirmação dos subsídios comprobatórios pela administração.

23 Contas a pagar - indenização a clientes e terceiros

Em abril de 2015 ocorreu um incêndio nas instalações operadas pela Ultracargo em Santos. A tancagem que estava paralisada em função do incêndio, obteve, em fases, as licenças necessárias para a volta da operação, portanto o processo de reabilitação da área finalizou em agosto 2019.

O saldo de indenizações a clientes e terceiros em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 3.501 foi liquidado no 2º trimestre de 2019.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

24 Receita diferida (Consolidado)

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Taxa inicial de franquia <i>am/pm</i> e <i>Jet Oil</i> (a)	550	18.668
Programa de fidelidade Km de Vantagens (b)	19.104	18.465
Programa de fidelidade Clube Extrafarma (b)	<u>1.226</u>	<u>1.289</u>
	<u>20.880</u>	<u>38.422</u>
Circulante	20.880	26.572
Não circulante	-	11.850

a. Taxa inicial de franquia

A *am/pm* é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga, que em 30 de setembro de 2019 eram representadas por 2.386 lojas (2.493 lojas em 31 de dezembro de 2018). A *Jet Oil* é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga, que em 30 de setembro de 2019 eram representadas por 1.498 lojas (1.772 lojas em 31 de dezembro de 2018).

b. Programas de fidelidade

A controlada IPP possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens (www.kmdevantagens.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet (www.postoipiranganaweb.com.br) são reconhecidos como redutor da receita de vendas.

A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Clube Extrafarma (www.clubeextrafarma.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de seis meses, por descontos em produtos na rede de drogarias, recarga de crédito em telefonia celular e prêmios oferecidos pelos parceiros Multiplus Fidelidade e Ipiranga, por meio do Km de Vantagens. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são reconhecidos como redutor da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate desses pontos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

25 Bônus de subscrição – indenização

Em virtude da associação entre a Sociedade e a Extrafarma em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização, correspondentes a até 6.411.244 ações da Sociedade. Os bônus de subscrição - indenização poderão ser exercidos a partir de 2020 pelos ex-acionistas de Extrafarma e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzidos pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. Em 30 de setembro de 2019, os bônus de subscrição - indenização eram representados por 4.537.953 ações e totalizavam R\$ 82.726 (4.824.238 ações que totalizavam R\$ 123.095 em 31 de dezembro de 2018). Devido à decisão desfavorável definitiva de alguns desses processos, em 30 de setembro de 2019 o número máximo de ações que poderão ser emitidas no futuro referentes aos bônus de subscrição - indenização é de até 5.941.565 (5.976.316 ações em 31 de dezembro de 2018).

As informações acima foram ajustadas retrospectivamente conforme desdobramento de ações divulgado na nota explicativa nº 26.a.

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de setembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 1.112.810.192 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na B3 em 30 de setembro de 2019 era de R\$ 18,49 (R\$ 26,60 em 31 de dezembro de 2018).

Em 30 de setembro de 2019, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.600.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do CA.

Em 30 de setembro de 2019, estavam em circulação no exterior 46.518.315 ações ordinárias na forma de ADRs (55.725.974 ações em 31 de dezembro de 2018).

Em 10 de abril de 2019, a AGOE da Sociedade aprovou o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Ultrapar, na proporção de uma ação atualmente existente para duas ações da mesma classe e espécie, bem como a modificação da quantidade de ações em que se divide o capital social. O desdobramento de ações não implicou em qualquer alteração no capital social da Ultrapar. As novas ações e ADRs decorrentes do desdobramento são da mesma classe e espécie e concederam aos seus titulares os mesmos direitos das ações e ADRs previamente existentes. Todas as informações de ações foram ajustadas retrospectivamente nestas informações trimestrais.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Instrumento patrimonial outorgado

A Sociedade possui plano de incentivo baseado em ações, que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria (vide nota explicativa nº 8.c).

c. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997.

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, 26.780.298 ações ordinárias adquiridas ao custo médio de R\$ 18,12.

d. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para concessão de usufruto a executivos das controladas da Sociedade, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c.

Por conta da associação com a Extrafarma ocorrida em 2014, houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão, deduzido de R\$ 2.260 de custos na emissão dessas ações.

e. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação, constituída anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade (CPC/IFRS) instituídas pela Lei 11.638/07, reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

f. Reservas de lucros

f.1 Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade destina 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f.2 Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido anual à reserva estatutária para investimentos, até esta atingir o limite de 100% do capital social.

A reserva estatutária para investimentos é livre para distribuição aos acionistas e totalizava R\$ 3.412.427 em 30 de setembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

g. Ajustes de avaliação patrimonial e ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

g.1 Ajustes de avaliação patrimonial

- (i) Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.
- (ii) Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro.
- (iii) As diferenças entre o valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através de outros resultados abrangentes e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e das variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra a liquidação da aplicação financeira.
- (iv) A Sociedade também reconhece nesta rubrica o efeito das mudanças na participação de não controladores em controladas que não resultam na perda de controle. Esse valor correspondente à diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da contraprestação recebida ou paga e representa uma transação com acionistas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa	Valor justo de aplicações financeiras	Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego	Mudança de participação de não controladores	Total
Em 31 de dezembro de 2018	(243.336)	(273)	(17.749)	197.369	(63.989)
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	(157.231)	719	-	-	(156.512)
IRPJ e CSLL sobre valor justo	53.476	-	-	-	53.476
Ganhos atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	238	-	238
Em 30 de setembro de 2019	<u>(347.091)</u>	<u>446</u>	<u>(17.511)</u>	<u>197.369</u>	<u>(166.787)</u>

	Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa	Valor justo de aplicações financeiras	Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego	Mudança de participação de não controladores	Total
Em 31 de dezembro de 2017	(27.364)	-	(15.181)	202.188	159.643
Efeito retrospectivo da combinação de negócios da Chevron ⁽¹⁾	-	-	-	4.064	4.064
Em 31 de dezembro de 2017 - reapresentado	<u>(27.364)</u>	<u>-</u>	<u>(15.181)</u>	<u>206.252</u>	<u>163.707</u>
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	(399.192)	188	-	-	(399.004)
IRPJ e CSLL sobre valor justo	135.168	-	-	-	135.168
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	(299)	-	(299)
Em 30 de setembro de 2018 - reapresentado	<u>(291.388)</u>	<u>188</u>	<u>(15.480)</u>	<u>206.252</u>	<u>(100.428)</u>

⁽¹⁾ Para maiores detalhes da combinação de negócios da Chevron, vide nota explicativa nº 3.c das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g.2 Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e administração própria (vide nota explicativa nº 2.s.1) e a variação de taxas de câmbio sobre notas no mercado externo (vide nota explicativa nº 34.h.3) é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

A composição e movimentação dos ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	<u>30/09/2019</u>
Em 31 de dezembro de 2018	65.857
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquido de IRPJ e CSLL	<u>23.388</u>
Em 30 de setembro de 2019	<u>89.245</u>
	<u>30/09/2018</u>
Em 31 de dezembro de 2017	53.061
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquido de IRPJ e CSLL	<u>39.158</u>
Em 30 de setembro de 2018	<u>92.219</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Dividendos e destinação do resultado do exercício

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 380.324 (R\$ 0,70 – setenta centavos de Real por ação), foram aprovados pelo CA em 20 de fevereiro de 2019, e pagos a partir de 13 de março de 2019. Em 14 de agosto de 2019, o CA deliberou antecipação dos dividendos de 2019, no montante de R\$ 217.382 (R\$ 0,20 por ação), pagos a partir de 30 de agosto de 2019.

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	282.334	284.024
Provisões	326.737	328.357
Pagamentos	<u>(594.380)</u>	<u>(596.479)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2019	<u>14.691</u>	<u>15.902</u>

27 Receita líquida de vendas e serviços (Consolidado)

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Receita de vendas bruta	69.274.939	69.918.613
Receita de serviços prestados bruta	640.879	549.203
Impostos sobre vendas	(2.912.201)	(2.080.293)
Devoluções e abatimentos	(1.114.791)	(875.289)
Amortização dos ativos de contrato (vide nota explicativa nº 11)	(273.383)	(282.430)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 24)	<u>19.745</u>	<u>1.135</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u>65.635.188</u>	<u>67.230.939</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

28 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	60.068.058	61.499.614
Gastos com pessoal	1.840.508	1.885.715
Fretes e armazenagens	872.565	927.502
Depreciação e amortização	623.620	602.286
Amortização de ativos de direito de uso	219.225	-
Propaganda e marketing	143.398	107.412
Serviços prestados por terceiros	250.457	248.608
Outras despesas	<u>377.454</u>	<u>548.884</u>
Total	<u>64.395.285</u>	<u>65.820.021</u>
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	61.161.756	62.625.490
Despesas com vendas e comerciais	1.988.516	2.017.309
Despesas gerais e administrativas	<u>1.245.013</u>	<u>1.177.222</u>
Total	<u>64.395.285</u>	<u>65.820.021</u>

29 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. O resultado foi um ganho de R\$ 908 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 (perda de R\$ 7.104 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018) representado principalmente pelo resultado da venda de ativo imobilizado.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***30 Outros resultados operacionais, líquidos (Consolidado)**

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Parceria comercial ⁽¹⁾	32.668	38.003
Merchandising ⁽²⁾	20.001	23.847
Programa de fidelidade ⁽³⁾	4.833	15.406
Sinistro Ultracargo – incêndio em Santos ⁽⁴⁾	(2.822)	(3.529)
Multa por aquisição de empresa não efetivada ⁽⁵⁾	-	(286.160)
Créditos extraordinários de PIS e COFINS ⁽⁶⁾	98.496	-
Termo de Ajustamento de Conduta – Tequimar ⁽⁷⁾	(65.539)	-
Outros	<u>12.397</u>	<u>8.966</u>
Outros resultados operacionais, líquidos	<u>100.034</u>	<u>(203.467)</u>

⁽¹⁾ Refere-se a contratos com prestadores de serviços e fornecedores que estabelecem acordos comerciais para as lojas de conveniência e postos de combustíveis.

⁽²⁾ Refere-se a contratos com fornecedores de produtos das lojas de conveniência, onde são estabelecidos, dentre outros acordos, campanhas promocionais.

⁽³⁾ Refere-se a venda de km de vantagens para parceiros do programa de fidelidade, sendo a receita reconhecida no momento em que os parceiros concedem os pontos aos seus clientes.

⁽⁴⁾ Para maiores informações sobre o sinistro da Ultracargo vide notas explicativas nº 22.b.2.4 e 23.

⁽⁵⁾ Refere-se a multa contratual paga em 2018 pela controlada Cia. Ultragaz, em benefício da Petrobras, pela não consumação da transação de compra da Liquigás Distribuidora S.A. (“Liquigás”) rejeitada pelo Tribunal do CADE.

⁽⁶⁾ Refere-se substancialmente aos créditos da Extrafarma e Ipiranga (vide nota explicativa nº 7.a.2) e Iconic.

⁽⁷⁾ Para maiores informações vide nota explicativa nº 22.b.2.4.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***31 Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	60.868	77.220	245.099	242.980
Juros de clientes	-	-	100.921	110.198
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 25)	39.583	94.329	39.583	94.329
Outras receitas	-	-	16.277	2.122
	<u>100.451</u>	<u>171.549</u>	<u>401.880</u>	<u>449.629</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(266.630)	(351.207)
Juros sobre debêntures	(88.550)	(77.099)	(387.900)	(333.104)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	-	-	(98.934)	(2.040)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(2.442)	(2.641)	(47.042)	(56.553)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	25	-	165.361	53.379
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	-	-	(21.484)	9.706
	<u>(90.967)</u>	<u>(79.740)</u>	<u>(656.629)</u>	<u>(679.819)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>9.484</u>	<u>91.809</u>	<u>(254.749)</u>	<u>(230.190)</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

32 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui plano de remuneração em ações e bônus de subscrição, conforme mencionados nas notas explicativas nº 8.c e 25, respectivamente.

Lucro básico por ação	30/09/2019	30/09/2018
Lucro líquido da Sociedade	640.062	642.778
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	1.084.373	1.084.094
Lucro básico por ação - R\$	0,5903	0,5929
Lucro diluído por ação		
Lucro líquido da Sociedade	640.062	642.778
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo os efeitos de diluição	1.091.471	1.091.336
Lucro diluído por ação - R\$	0,5864	0,5890
Média ponderada das ações (em milhares)		
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação	1.084.373	1.084.094
Efeito da diluição		
Bônus de subscrição	4.600	4.614
Plano de ações	2.498	2.628
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação	<u>1.091.471</u>	<u>1.091.336</u>

As informações do lucro por ação foram ajustadas retrospectivamente conforme desdobramento de ações divulgado na nota explicativa nº 26.a.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

33 Informações por segmento

A Sociedade possui cinco segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem e drogarias. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e álcoois graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para graneis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nas Regiões Norte, Nordeste e Sudeste do País. Os segmentos apresentados nas informações trimestrais são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

a. Informações financeiras relativas aos segmentos

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Receita líquida de vendas e serviços:		
Ultragaz	5.307.121	5.260.621
Ipiranga	55.219.957	56.590.430
Oxiten	3.242.583	3.548.492
Ultracargo	387.900	366.833
Extrafarma	1.559.087	1.529.311
	<u>65.716.648</u>	<u>67.295.687</u>
Outros ⁽¹⁾	33.299	36.823
Vendas entre segmentos	<u>(114.759)</u>	<u>(101.571)</u>
Total	<u><u>65.635.188</u></u>	<u><u>67.230.939</u></u>
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	2.894	2.129
Ipiranga	440	577
Oxiten	17.434	-
Ultracargo	60.759	62.109
Extrafarma	-	-
	<u>81.527</u>	<u>64.815</u>
Outros ⁽¹⁾	33.232	36.756
Total	<u><u>114.759</u></u>	<u><u>101.571</u></u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultraz	5.304.227	5.258.492
Ipiranga	55.219.517	56.589.853
Oxiten	3.225.149	3.548.492
Ultracargo	327.141	304.724
Extrafarma	1.559.087	1.529.311
	<u>65.635.121</u>	<u>67.230.872</u>
Outros ⁽¹⁾	67	67
Total	<u>65.635.188</u>	<u>67.230.939</u>
Lucro (prejuízo) operacional:		
Ultraz	251.823	(30.947)
Ipiranga	1.166.702	991.684
Oxiten	4.454	221.868
Ultracargo	48.105	98.682
Extrafarma	(79.389)	(83.763)
Corporativo ⁽²⁾	(53.543)	-
	<u>1.338.152</u>	<u>1.197.524</u>
Outros ⁽¹⁾	2.693	2.823
Total	<u>1.340.845</u>	<u>1.200.347</u>
Equivalência patrimonial de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:		
Ultraz	4	21
Ipiranga	(17.877)	(12.899)
Oxiten	597	952
Ultracargo	1.728	1.478
	<u>(15.548)</u>	<u>(10.448)</u>
Outros ⁽¹⁾	(2.747)	1.265
Total	<u>(18.295)</u>	<u>(9.183)</u>
Lucro antes do resultado financeiro, do imposto de renda e da contribuição social	1.322.550	1.191.164
Resultado financeiro, líquido	<u>(254.749)</u>	<u>(230.190)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>1.067.801</u>	<u>960.974</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Adições ao imobilizado e intangível (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	160.250	183.330
Ipiranga	226.246	306.404
Oxiten	185.454	401.929
Ultracargo	128.316	89.279
Extrafarma	59.457	68.748
	<u>759.723</u>	<u>1.049.690</u>
Outros ⁽¹⁾	10.130	10.907
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 14 e 15)	769.853	1.060.597
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 21)	(248)	(238)
Juros capitalizados	<u>(23.961)</u>	<u>(17.209)</u>
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	<u>745.644</u>	<u>1.043.150</u>
Pagamento de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11):		
Ipiranga	<u>231.737</u>	<u>279.381</u>
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível no resultado:		
Ultragaz	140.394	168.280
Ipiranga	218.171	208.665
Oxiten	149.663	122.761
Ultracargo	43.861	38.729
Extrafarma	60.197	52.480
	<u>612.286</u>	<u>590.915</u>
Outros ⁽¹⁾	11.334	11.371
Total	<u>623.620</u>	<u>602.286</u>
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11):		
Ipiranga	273.327	282.430
Ultragaz	56	-
Total	<u>273.383</u>	<u>282.430</u>
Amortização de ativos de direito de uso:		
Ultragaz	22.522	-
Ipiranga	118.305	-
Oxiten	7.008	-
Ultracargo	16.468	-
Extrafarma	54.890	-
	<u>219.193</u>	<u>-</u>
Outros ⁽¹⁾	32	-
Total	<u>219.225</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	2.988.626	2.719.425
Ipiranga	16.237.930	15.381.887
Oxiteno	7.781.007	7.452.331
Ultracargo	1.744.376	1.478.697
Extrafarma	2.550.744	2.107.901
	<u>31.302.683</u>	<u>29.140.241</u>
Outros ⁽¹⁾	494.134	1.359.154
Total	<u><u>31.796.817</u></u>	<u><u>30.499.395</u></u>

⁽¹⁾ A linha “Outros” é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos (“Serma”) e Imaven Imóveis Ltda.

⁽²⁾ Despesas referentes à estrutura de *holding* da Ultrapar, incluindo, a Presidência, os CA e CF, os comitês de assessoria ao CA e as diretorias de Capital Humano e Auditoria e *Compliance*.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Informações relativas à área geográfica

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiteno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Estados Unidos	943.653	857.049
México	122.102	124.037
Uruguai	74.859	72.345
Venezuela	1.055	2.427
	<u>1.141.669</u>	<u>1.055.858</u>

As controladas geram receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México, no Uruguai e na Venezuela, bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Receita líquida de vendas e serviços:		
Brasil	64.606.946	66.071.738
México	164.619	154.266
Uruguai	29.988	36.635
Venezuela	2.019	48.186
Outros países da América Latina	317.937	323.731
Estados Unidos e Canadá	326.999	357.746
Extremo Oriente	55.783	79.421
Europa	85.968	111.110
Outros	44.929	48.106
Total	<u>65.635.188</u>	<u>67.230.939</u>

As vendas para o mercado externo são realizadas substancialmente pelo segmento Oxiteno.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

34 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu CA (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do CA da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do CA, do Comitê e da diretoria financeira.
- A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade, através das suas controladas, se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiteno.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados.

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais:

b.1 Ativos e passivos em moeda estrangeira

em milhões de Reais	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	390,2	254,2
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda e de adiantamentos de clientes no exterior	215,5	235,1
Outros ativos líquidos no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	<u>1.485,4</u>	<u>1.384,9</u>
	<u>2.091,1</u>	<u>1.874,2</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira bruto de custo de transação e deságio	(7.172,3)	(5.515,6)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	<u>(312,4)</u>	<u>(567,7)</u>
	<u>(7.484,7)</u>	<u>(6.083,3)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>3.782,2</u>	<u>2.483,0</u>
Posição líquida passiva – total	<u>(1.611,4)</u>	<u>(1.726,1)</u>
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no resultado	407,0	282,7
Posição líquida passiva – efeito no patrimônio líquido	(2.018,4)	(2.008,8)

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2 Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

Para os cenários I, II e III são aplicadas as variações de 10%, 25% e 50%, respectivamente, sobre a posição líquida da Sociedade exposta ao risco cambial, simulando os efeitos de apreciação e depreciação do Real no resultado e no patrimônio líquido.

A tabela abaixo demonstra, em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R\$ 1.611,4 milhões em moeda estrangeira em 30 de setembro de 2019:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> <u>Provável</u>	<u>Cenário II</u> <u>25%</u>	<u>Cenário III</u> <u>50%</u>
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	40,7	101,7	203,5
(2) Efeito no patrimônio líquido		(201,8)	(504,6)	(1.009,2)
(1) + (2)	Efeito	<u>(161,1)</u>	<u>(402,9)</u>	<u>(805,7)</u>
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	(40,7)	(101,7)	(203,5)
(4) Efeito no patrimônio líquido		201,8	504,6	1.009,2
(3) + (4)	Efeito	<u>161,1</u>	<u>402,9</u>	<u>805,7</u>

A tabela abaixo demonstra, em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R\$ 1.726,1 milhões em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2018:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> <u>Provável</u>	<u>Cenário II</u> <u>25%</u>	<u>Cenário III</u> <u>50%</u>
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	28,3	70,7	141,4
(2) Efeito no patrimônio líquido		(200,9)	(502,2)	(1.004,4)
(1) + (2)	Efeito	<u>(172,6)</u>	<u>(431,5)</u>	<u>(863,0)</u>
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	(28,3)	(70,7)	(141,4)
(4) Efeito no patrimônio líquido		200,9	502,2	1.004,4
(3) + (4)	Efeito	<u>172,6</u>	<u>431,5</u>	<u>863,0</u>

O efeito no patrimônio líquido refere-se aos ajustes acumulados de conversão das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.s.1 e 26.g.2), *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, *hedge* de fluxo de caixa de compromissos firmes e *hedge* de transações altamente prováveis (vide nota explicativa nº 2.c e h. Contabilidade de proteção abaixo).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

A Sociedade procura manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

c.1 Ativos e passivos financeiros expostos a juros flutuantes

Os ativos e passivos financeiros expostos a taxas de juros pós-fixadas estão demonstrados a seguir:

em milhões de Reais	Nota explicativa	30/09/2019	31/12/2018
CDI			
Equivalentes de caixa	4.a	2.209,1	3.722,3
Aplicações financeiras	4.b	2.745,9	2.537,3
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - CDI	34.g	32,3	33,9
Financiamentos e debêntures	16.a	(6.718,9)	(8.440,9)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI	34.g	(3.157,3)	(2.205,5)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxa de juros pré-fixada + IPCA - CDI	34.g	(838,8)	(823,5)
Posição líquida passiva em CDI		<u>(5.727,7)</u>	<u>(5.176,4)</u>
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	16.a	(126,2)	(201,2)
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(126,2)</u>	<u>(201,2)</u>
LIBOR			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	34.g	884,2	811,6
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	16.a	(1.507,7)	(1.437,1)
Posição líquida passiva em LIBOR		<u>(623,5)</u>	<u>(625,5)</u>
TIEE			
Empréstimos e financiamentos - TIEE	16.a	-	(4,0)
Posição líquida passiva em TIEE		<u>-</u>	<u>(4,0)</u>
SELIC			
Empréstimos e financiamentos - SELIC	16.a	(36,0)	(51,5)
Posição líquida passiva em SELIC		<u>(36,0)</u>	<u>(51,5)</u>
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		<u>(6.513,4)</u>	<u>(6.058,6)</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c.2 Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes a Sociedade utilizou como cenário base o valor acumulado dos índices de referência (CDI, TJLP, LIBOR, TIE e SELIC). Os cenários I, II e III foram estimados com uma variação de 10%, 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros flutuantes do cenário base.

As tabelas abaixo demonstram a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

Em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>30/09/2019</u>		
		<u>Cenário I</u> <u>Provável</u>	<u>Cenário II</u> <u>25%</u>	<u>Cenário III</u> <u>50%</u>
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	24,0	59,9	119,8
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	0,1	0,1	0,3
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(35,9)	(89,7)	(179,5)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(27,2)	(62,3)	(120,8)
Despesa incremental		<u>(39,0)</u>	<u>(92,0)</u>	<u>(180,2)</u>
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(0,7)	(1,8)	(3,6)
Despesa incremental		<u>(0,7)</u>	<u>(1,8)</u>	<u>(3,6)</u>
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	1,7	4,3	8,5
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(2,8)	(6,9)	(13,9)
Despesa incremental		<u>(1,1)</u>	<u>(2,6)</u>	<u>(5,4)</u>
Efeito nos juros da dívida em TIE	Elevação TIE	-	-	-
Despesa incremental		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(0,2)	(0,5)	(1,0)
Despesa incremental		<u>(0,2)</u>	<u>(0,5)</u>	<u>(1,0)</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em milhões de Reais	Risco	31/12/2018		
		Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	32,7	81,7	163,3
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	0,1	0,2	0,5
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(55,0)	(137,4)	(274,9)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(33,7)	(73,4)	(139,6)
Despesa incremental		(55,9)	(128,9)	(250,7)
<hr/>				
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(1,7)	(4,2)	(8,3)
Despesa incremental		(1,7)	(4,2)	(8,3)
<hr/>				
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	2,8	6,9	13,9
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(3,6)	(9,1)	(18,1)
Despesa incremental		(0,8)	(2,2)	(4,2)
<hr/>				
Efeito nos juros da dívida em TIIE	Elevação TIIE	(0,1)	(0,3)	(0,5)
Despesa incremental		(0,1)	(0,3)	(0,5)
<hr/>				
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(0,4)	(1,0)	(2,0)
Despesa incremental		(0,4)	(1,0)	(2,0)
<hr/>				

d. *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção (vide nota explicativa nº 4) e contas a receber (vide nota explicativa nº 5).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d.1 Risco de crédito de instituições financeiras

Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

d.2 Risco de crédito de governos

A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou aaa por agências de risco especializadas (S&P, Moody's e Fitch) e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

O risco de crédito de instituições financeiras e governos de saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras está sumarizado abaixo:

Rating de crédito da contraparte	Valor justo	
	30/09/2019	31/12/2018
AAA	5.242.377	5.933.671
AA	677.124	707.358
A	372.589	262.553
BBB	146.411	90.824
Total	6.438.501	6.994.406

d.3 Risco de crédito de clientes

A política de crédito estabelece a análise do perfil de cada novo cliente, individualmente, quanto à sua condição financeira. A revisão efetuada pelas controladas da Sociedade inclui a avaliação de *ratings* externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável em casos de vendas que excedam esses limites.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito e a depender do negócio, o agrupamento leva em consideração, por exemplo, se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, considerando também sua área geográfica.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As estimativas de perda de crédito são calculadas com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência. As taxas de perda são calculadas com base na probabilidade média de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. A apuração da probabilidade de perda leva em consideração uma pontuação de risco de crédito para cada exposição, com base em dados considerados capazes de prever o risco de perda (classificações externas, demonstrações financeiras auditadas, projeções de fluxo de caixa, informações sobre os clientes disponíveis na imprensa, por exemplo), além da avaliação de crédito com base na experiência.

Tais riscos de crédito são administrados por cada unidade de negócio por meio de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

As controladas da Sociedade mantiveram os seguintes saldos de provisões para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de suas contas a receber:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ipiranga	451.449	442.486
Ultragaz	89.547	61.975
Oxiten	13.951	12.371
Extrafarma	92	5.858
Ultracargo	<u>2.023</u>	<u>2.089</u>
Total	<u>557.062</u>	<u>524.779</u>

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide notas explicativas nº 5.a e 5.b.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “joint ventures”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 1.966,3 milhões (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 16.a). Adicionalmente, o plano de investimentos para 2019 totaliza R\$ 1.762 milhões, tendo sido realizados até o terceiro trimestre R\$ 1.076,0 milhões. Em 30 de setembro de 2019, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 5.893,0 milhões em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 4).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 30 de setembro de 2019 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos do balanço patrimonial.

Passivos financeiros	em milhões de Reais				
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos ^{(1) (2)}	19.415,8	1.966,3	5.463,9	5.816,5	6.169,1
Instrumentos de proteção ⁽³⁾	561,4	65,5	138,7	139,7	217,5
Fornecedores	2.407,9	2.407,9	-	-	-
Arrendamentos a pagar	2.464,7	327,6	972,4	589,8	574,9

⁽¹⁾Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utiliza-se algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 5,21% para 2019, 4,88% para 2020, 5,26% para 2021, 5,81% para 2022 e 6,25% para 2023 (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 4,16 em 2019, R\$ 4,22 em 2020, R\$ 4,35 em 2021, R\$ 4,55 em 2022, R\$ 4,76 em 2023, R\$ 4,98 em 2024, R\$ 5,23 em 2025, R\$ 5,46 em 2026, R\$ 5,74 em 2027, R\$ 6,01 em 2028 e R\$ 6,30 em 2029 (iii) TJLP de 5,95% (iv) IGP-M de 5,34% em 2019, 4,02% em 2020, 3,88% em 2021, 3,63% a partir de 2022, e (v) IPCA de 3,40% de 2019 a 2025 (fonte: B3, Boletim Focus e instituições financeiras).

⁽²⁾Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

⁽³⁾ Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e Pré x IPCA, cotados na B3 em 30 de setembro de 2019, na curva futura de LIBOR (ICE – *IntercontinentalExchange*) e contratos das *commodities heating oil* e RBOB cotados na *New York Mercantile Exchange* (“NYMEX”) em 30 de setembro de 2019. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

f. Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 16). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

g. Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

Designados - Hedge Accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocial) ¹		Valor justo	
		Ativo	Passivo		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
							R\$ milhões	R\$ milhões
Swap cambial	Dívida	USD + 4,54 %	104,0% CDI	nov/2023	USD 245,0	USD 245,0	118,2	(10,3)
Swap cambial	Dívida	LIBOR-3M + 1,11% = 4,1%	105,0% CDI	jul/2023	USD 150,0	USD 150,0	97,8	45,6
Swap de Juros	Dívida	4,57% + IPCA	95,8% CDI	out/2024	R\$ 806,1	R\$ 806,1	121,8	35,6
Opções (ZCC)	Margem Operacional	Put USD 3,68	Call USD 4,60	dez/2020	USD 97,4	USD 149,4	3,1	0,3
							340,9	71,2

Não Designados - Hedge Accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocial) ¹		Valor justo	
		Ativo	Passivo		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
							R\$ milhões	R\$ milhões
Swap cambial	Dívida	USD + 3,60%	65,0% CDI	jun/2029	USD 853,0	USD 758,3	454,1	246,5
Swap cambial	Dívida	LIBOR-3M + 2,0% = 4,3%	105,9% CDI	jun/2020	USD 60,0	USD 60,0	58,6	38,0
Swap cambial	Compromissos firmes	USD + 0,00%	39,9% CDI	out/2019	USD 1,0	USD 98,5	0,2	(8,6)
Swap cambial	Margem Operacional	39,1% CDI	USD + 0,00%	dez/2019	USD 8,0	USD 8,9	(0,4)	0,1
NDF	Compromissos firmes	BRL	USD	out/2019	USD 92,6	-	(0,1)	-
Termo de Mercadorias	Compromissos firmes	BRL	Heating Oil / RBOB	out/2019	USD 31,9	-	5,7	-
							518,1	276,0

¹ Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Contabilidade de proteção (hedge accounting)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a sua eficácia, bem como suas alterações de valor justo.

h.1 Hedge de valor justo

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhões, exceto % do CDI	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Valor nominal – US\$	395,0	395,0
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	156,9	149,2
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(57,1)	(28,5)
Resultado financeiro da dívida – R\$	(166,3)	(215,9)
Custo médio efetivo - % do CDI	104,4	104,4

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 16.c.1.

Os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhões, exceto % do CDI	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Valor nominal – R\$	806,1	806,1
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	63,8	25,8
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(65,6)	(13,3)
Resultado financeiro da dívida – R\$	(51,8)	(50,2)
Custo médio efetivo - % do CDI	95,8	95,8

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 16.g.2, 16.g.4 e 16.g.6.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h.2 Hedge de fluxo de caixa

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de fluxo de caixa de compromisso firme e transações altamente prováveis, instrumentos financeiros derivativos para proteção dos “compromissos firmes” e instrumentos financeiros não derivativos para proteção das “transações futuras altamente prováveis”, para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 30 de setembro de 2019, a Sociedade não possuía instrumentos de proteção de taxa de câmbio e *commodities* de compromissos firmes designados como *hedge* de fluxo de caixa em aberto. Para os instrumentos de proteção de taxa de câmbio e *commodities* liquidados até 30 de setembro de 2019, foi reconhecido no resultado uma despesa de R\$ 29,1 milhões (uma receita de R\$ 10,7 milhões em 30 de setembro de 2018).

Em 30 de setembro de 2019, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às notas no mercado externo, totalizavam US\$ 550,0 milhões (US\$ 570,0 milhões em 31 de dezembro de 2018), sendo reconhecida uma perda não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 349,7 milhões em 30 de setembro de 2019 (perda de R\$ 243,7 milhões em 31 de dezembro de 2018), líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

Em 30 de setembro de 2019 os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (*zero cost collar*), totalizavam US\$ 97,3 milhões (US\$ 149,4 milhões em 31 de dezembro de 2018), sendo reconhecida uma receita não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 3,1 milhões em 30 de setembro de 2019 (ganho de R\$ 0,2 milhão em 31 de dezembro de 2018), líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

h.3 Hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, as notas no mercado externo, utilizados para proteção dos investimentos realizados nas entidades no exterior, para compensar variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 30 de setembro de 2019, o saldo das notas no mercado externo designadas como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, referentes à parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, totalizavam US\$ 95,0 milhões (US\$ 96,0 milhões em 31 de dezembro de 2018), sendo reconhecida uma perda em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 67,0 milhões em 30 de setembro de 2019 (perda de R\$ 45,9 milhões em 31 de dezembro de 2018), líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Os efeitos da variação cambial dos investimentos e das notas no mercado externo se compensaram no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo resumizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido e a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas:

	R\$ milhões	
	30/09/2019	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	308,0	-
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(1,8)	3,1
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	(1,9)	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(244,4)	(416,7)
Total	<u>59,9</u>	<u>(413,6)</u>

	R\$ milhões	
	30/09/2018	31/12/2018
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	55,9	-
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(5,9)	0,2
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	1,0	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(109,2)	(289,6)
Total	<u>(58,2)</u>	<u>(289,4)</u>

- (i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes);
- (ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais;
- (iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais; e
- (iv) considera o resultado das notas no mercado externo (para maiores informações vide nota explicativa nº 16.b).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, estão demonstrados a seguir:

Categoria	Nota explicativa	30/09/2019		31/12/2018		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	331.314	331.314	205.482	205.482
	Mens. ao valor justo por					
	outros resultados					
Títulos de renda fixa em	abrangentes	4.a	2.209.102	2.209.102	3.722.308	3.722.308
moeda nacional						
Títulos de renda fixa em	Mens. ao valor justo por					
moeda estrangeira	meio do resultado	4.a	12.878	12.878	11.161	11.161
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda	Mens. ao valor justo por					
fixa em moeda nacional	meio do resultado	4.b	2.064.935	2.064.935	2.462.018	2.462.018
	Mens. ao valor justo					
	outros resultados					
Títulos e fundos de renda	abrangentes	4.b	604.985	604.985	2.208	2.208
fixa em moeda nacional						
Títulos e fundos de renda	Mens. pelo custo					
fixa em moeda nacional	amortizado	4.b	76.117	76.117	73.089	73.089
Títulos e fundos de renda	Mens. ao valor justo por					
fixa em moeda	outros resultados					
estrangeira	abrangentes	4.b	303.203	303.203	154.811	154.811
Instrumentos de proteção						
cambial, juros e	Mens. ao valor justo por					
commodities	meio do resultado	4.b	835.967	835.967	363.329	363.329
Financiamentos a clientes	Custo amortizado	5.b	774.264	808.617	715.530	752.471
Total			<u>7.212.765</u>	<u>7.247.118</u>	<u>7.709.936</u>	<u>7.746.877</u>
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por					
	meio do resultado	16.a	1.733.568	1.733.568	1.567.374	1.567.374
Financiamentos	Mens. pelo custo					
	amortizado	16.a	6.725.529	6.980.698	6.889.310	6.840.079
Debêntures	Mens. pelo custo					
	amortizado	16.a	5.651.919	5.626.328	5.826.242	5.770.979
Debêntures	Mens. ao valor justo por					
	meio do resultado	16.a	934.737	934.737	833.213	833.213
	Mens. pelo custo					
	amortizado	13	1.567.934	1.567.934	46.066	46.066
Arrendamentos a pagar						
Instrumentos de proteção	Mens. ao valor justo por					
cambial, juros e	meio do resultado	16.a	23.476	23.476	43.944	43.944
commodities						
Bônus de subscrição -	Mens. ao valor justo por					
indenização	meio do resultado	25	82.726	82.726	123.095	123.095
Total			<u>16.719.889</u>	<u>16.949.467</u>	<u>15.329.244</u>	<u>15.224.750</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data-base das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas para marcação a mercado.
- Os saldos contábeis de contas a receber e fornecedores são próximos aos seus valores justos.
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das informações trimestrais, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu exercício é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014 (vide nota explicativa nº 25).
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da Ultrapar International foi utilizado o preço observado desses títulos em mercado ativo (vide nota explicativa nº 16.b).

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção, financiamentos e arrendamentos a pagar, foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado na data-base das informações trimestrais. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os instrumentos financeiros foram classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado e aplicações financeiras classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4.b), (ii) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 16.a); (iii) garantias de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa nº 16.i), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (iv) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 25). Caixa, bancos, contas a receber de clientes e financiamentos a clientes estão classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

j.1 Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- (c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo demonstra as categorias dos ativos financeiros e passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

	Categoria	Nota explicativa	30/09/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	331.314	331.314	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.a	2.209.102	-	2.209.102	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.a	12.878	12.878	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	2.064.935	2.064.935	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	604.985	-	604.985	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	4.b	76.117	-	76.117	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	303.203	2.831	300.372	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	835.967	-	835.967	-
Financiamentos a clientes	Custo amortizado	5.b	808.617	-	808.617	-
Total			7.247.118	2.411.958	4.835.160	-
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.733.568	-	1.733.568	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	16.a	6.980.698	4.649.418	2.331.280	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	16.a	5.626.328	-	5.626.328	-
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	934.737	-	934.737	-
Arrendamentos a pagar	Mens. pelo custo amortizado	13	1.567.934	-	1.567.934	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	23.476	-	23.476	-
Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾	Mens. ao valor justo por meio do resultado	25	82.726	-	82.726	-
Total			16.949.467	4.649.418	12.300.049	-

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	205.482	205.482	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.a	3.722.308	-	3.722.308	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.a	11.161	11.161	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	2.462.018	2.462.018	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	2.208	-	2.208	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	4.b	73.089	-	73.089	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	154.811	1.666	153.145	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	363.329	-	363.329	-
Financiamentos a clientes	Custo amortizado	5.b	752.471	-	752.471	-
Total			7.746.877	2.680.327	5.066.550	-
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.567.374	-	1.567.374	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	16.a	6.840.079	2.841.436	3.998.643	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	16.a	5.770.979	-	5.770.979	-
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	833.213	-	833.213	-
Arrendamentos a pagar	Mens. pelo custo amortizado	13	46.066	-	46.066	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	43.944	-	43.944	-
Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾	Mens. ao valor justo por meio do resultado	25	123.095	-	123.095	-
Total			15.224.750	2.841.436	12.383.314	-

⁽¹⁾ Refere-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma.

As contas a receber de clientes e os fornecedores são classificados como nível 2.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na B3 em 30 de setembro de 2019. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 6,37 (R\$ 5,86 em 31 de dezembro de 2018) no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 30 de setembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

30/09/2019	Risco	Cenário I Provável	Cenário II	Cenário III
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	914.958	2.000.087	3.085.215
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		<u>(914.930)</u>	<u>(1.999.977)</u>	<u>(3.085.023)</u>
(1)+(2)	Efeito líquido	<u>28</u>	<u>110</u>	<u>192</u>
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	(755)	64.220	129.195
(4) Margem bruta da Oxitenó		<u>756</u>	<u>(64.242)</u>	<u>(129.239)</u>
(3)+(4)	Efeito líquido	<u>1</u>	<u>(22)</u>	<u>(44)</u>
Opções				
(5) Opções Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	-	62.504	191.219
(6) Margem bruta da Oxitenó		<u>-</u>	<u>(62.504)</u>	<u>(191.219)</u>
(5)+(6)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

31/12/2018	Risco	Cenário I Provável	Cenário II	Cenário III
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	372.022	1.039.669	1.707.316
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		<u>(372.019)</u>	<u>(1.039.661)</u>	<u>(1.707.303)</u>
(1)+(2)	Efeito líquido	<u>3</u>	<u>8</u>	<u>13</u>
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	(65)	8.545	17.154
(4) Margem bruta da Oxiteno		<u>65</u>	<u>(8.545)</u>	<u>(17.154)</u>
(3)+(4)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Opções				
(5) Opções Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	-	97.938	244.572
(6) Margem bruta da Oxiteno		<u>-</u>	<u>(97.938)</u>	<u>(244.572)</u>
(5)+(6)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da B3 em 30 de setembro de 2019 para os vencimentos de cada *swap* e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais, a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

30/09/2019	Risco	Cenário I Provável	Cenário II	Cenário III
Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da taxa pré-fixada	(353.020)	(308.355)	(259.011)
(2) Dívida a taxa fixa		<u>353.020</u>	<u>308.355</u>	<u>259.011</u>
(1) + (2)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
31/12/2018				
Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da taxa pré-fixada	(311.993)	(254.409)	(188.047)
(2) Dívida a taxa fixa		<u>311.993</u>	<u>254.409</u>	<u>188.047</u>
(1) + (2)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à oscilações ao preço de commodities em 30 de setembro de 2019, a Sociedade utilizou os contratos futuros de diesel (*heating oil*) e gasolina (RBOB) negociados na NYMEX. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa do preço das *commodities* cenário provável.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 30 de setembro de 2019, foram substituídos os preços e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais na data-base das informações trimestrais em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações nos preços das commodities nos diferentes cenários:

30/09/2019	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
NDF <i>Commodities</i>		<u>Provável</u>		
(1) NDF de <i>Commodities</i>	Redução Preço	75.702	1.129.848	2.183.995
(2) Margem Bruta da Ipiranga	<i>Commodities</i>	<u>(75.702)</u>	<u>(1.129.848)</u>	<u>(2.183.995)</u>
(1) + (2)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

35 Compromissos (Consolidado)

a. Contratos

a.1. A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	397.000	2031
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 30 de setembro de 2019, essas tarifas eram de R\$ 8,37 e R\$ 2,54 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

a.2. A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece consumo anual mínimo de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra prevê em 2019 um consumo anual mínimo de 205 mil toneladas. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

a.3. A controlada Oxiteno S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiteno tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 44.100 toneladas de eteno anuais. Em caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Cobertura de seguros

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco de determinados locais, são assim demonstrados:

Valor máximo indenizável (*)

Oxitenio	US\$ 1.142 (equivalentes a R\$ 4.756 em 30/09/2019) (*)
Ipiranga	R\$ 1.025
Ultracargo	R\$ 949
Ultragaz	R\$ 266
Extrafarma	R\$ 160

(*) em milhões. Conforme condições das apólices.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões (equivalentes a R\$ 1.666 milhões em 30 de setembro de 2019), cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do CA, CF, diretores e executivos da Ultrapar e de suas controladas (“Segurados”) no valor total de US\$ 80 milhões (equivalentes a R\$ 333 milhões em 30 de setembro de 2019), que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Concessões portuárias

Em 22 de março de 2019, a Sociedade, através da controlada IPP, conquistou as concessões portuárias de três lotes com capacidade mínima de armazenagem de 64 mil m³ no porto de Cabedelo, no Estado da Paraíba, e um lote com capacidade mínima de armazenamento de 66 mil m³ no porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo, que serão destinados à movimentação, armazenamento e distribuição de combustíveis. Estas concessões foram realizadas por dois consórcios, dos quais a IPP detém um terço da participação total. Para o porto de Cabedelo, foram constituídas as empresas Nordeste Logística I, Nordeste Logística II e Nordeste Logística III, juntamente com a Raízen Combustível S.A. e Petrobrás Distribuidora S.A. Para o porto de Vitória, foi constituída a Navegantes, juntamente com a Raízen Combustível S.A e Petrobrás Distribuidora S.A. O total de investimentos relacionados à participação da IPP é de até R\$ 160 milhões para um prazo de concessão de 25 anos.

Em 5 de abril de 2019, a Sociedade, por meio de suas controladas IPP e Tequimar, conquistou três concessões. A IPP venceu duas licitações no porto de Miramar, em Belém, Estado do Pará, sendo: (i) lote BEL02A, via consórcio em que detém 50% de participação e que terá capacidade mínima de armazenamento de 41 mil m³ e (ii) lote BEL04, atualmente operado pela IPP, e que terá capacidade mínima de armazenamento de 23 mil m³. Essas áreas serão operadas pelo prazo mínimo de 15 anos, de acordo com o aviso do leilão. Para o lote BEL02A foi constituída a Latitude, juntamente com a Petróleo Sabbá S.A. A Tequimar venceu a licitação do lote VDC12 no porto de Vila do Conde, em Barcarena, no Estado do Pará. A capacidade mínima de armazenamento será de 59 mil m³. A área será operada pela Tequimar por pelo menos 25 anos, conforme aviso do leilão. Para o lote VDC12, foi constituída a controlada Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A. (vide nota explicativa nº 3.b). Os investimentos estimados em relação à participação da IPP e da Tequimar totalizam, aproximadamente, R\$ 450 milhões a serem desembolsados ao longo dos próximos cinco anos, incluindo os valores relativos à outorga e aos investimentos mínimos das áreas licitadas.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas , Conselheiros e Administradores da

Ultrapar Participações S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ultrapar Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 06 de novembro de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Márcio Serpejante Peppe

Contador CRC 1SP233011/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, e ao artigo 29, parágrafo 1º, inciso II, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), abaixo assinados, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais da KPMG Auditores Independentes relativo às informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019.

São Paulo, 06 de novembro de 2019.

Frederico Pinheiro Fleury Curado - Diretor Presidente

André Pires de Oliveira Dias - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

João Benjamin Parolin - Diretor

Marcelo Pereira Malta de Araújo - Diretor

Rodrigo de Almeida Pizzinatto – Diretor

Ricardo Isaac Catran - Diretor

Tabajara Bertelli Costa - Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, e ao artigo 29, parágrafo 1º, inciso II, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), abaixo assinados, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais da KPMG Auditores Independentes relativo às informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019.

São Paulo, 06 de novembro de 2019.

Frederico Pinheiro Fleury Curado - Diretor Presidente

André Pires de Oliveira Dias - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

João Benjamin Parolin - Diretor

Marcelo Pereira Malta de Araújo - Diretor

Rodrigo de Almeida Pizzinatto – Diretor

Ricardo Isaac Catran - Diretor

Tabajara Bertelli Costa - Diretor